CONFERÊNCIA SÃO PAULO SUA

SÃO PAULO SUA PARA UMA CIDADE DO BEM VIVER

AGENDA MÍNIMA

Painel "Onda da empatia" (4,20 x 2m), elaborado pelo artista José Roberto Aguilar para a CSPSua.

Expediente

São Paulo Sua para uma cidade do bem viver
Agenda Mínima

Coordenação-geral:
Allen Habert

Elaboração de documentos básicos:

Abdulbaset Jarour, Allen Habert, Ana Karin Andrade, Aparecida Linhares Pimenta, Carla Cristiane Hallgren Silva, Carlos Alberto Mendes de Lima, Celia Guerra Medina, Célio Turino, Cida Prado, Clara Sette Whitaker Ferreira, Cláudia M. Afonso de Castro, Claudio Maierovitch Pessanha Henriques, Cristian Korny, Edgard AP. de Moura, Elci Pimenta Freire, Elisabeth Grimberg, Erika Motta Santana, Fe Maidel, Hamilton Faria, Helvio Nicolau Moises, Jean Katumba, José Rubem de Alcântara Bonfim, Kátia Boulos, Ladislau Dowbor, Lídia Tobias da Silveira, Luis Claudio Marcolino, Maria Aparecida Pinto (Cidinha Raiz), Maria Rosa Abreu, Marina Sales Lemos de Barros, Marta Rezende, Moacir Bueno Arruda, Mohamad Shakeel, Nabil Bonduki, Nádia Campeão, Paulo Feldmann, Ricardo Menezes, Ros Mari Zenha, Sérgio Storch, Silvana Drago, Simão Pedro, Sinoel Batista, Tamara Ilinsky Crantschaninov, Ubiratan de Paula Santos, Valdina Silva (Diva), Valéria Silvestre, Vicente Trevas, Zélia Izabel Matias Gouveia

Sistematização e redação final:
Marta Rezende

Logotipo da CSPSua:
Volmer Silva do Rêgo

Quadro da capa:
Painel "Onda da empatia" (4,20 x 2m), elaborado para a CSPSua por José Roberto Aguilar.
Esse quadro está na exposição "Destinos", inaugurada pelo pintor na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em 15 de outubro, indo até fevereiro 2021.

Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Comunicação
Coordenação de edição: Rita Casaro
Revisão e secretaria gráfica: Soraya Misleh
Projeto gráfico e diagramação: Fábio Souza
Coordenação de produção: Antonio Hernandes

Agradecimento ao apoio à comunicação:
Líbero Consultoria
Vervi Assessoria

Agradecimento pelo apoio logístico e integral:
Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP)
Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários (CNTU)

Outubro/2020

CSPSua

Rua Genebra,25 – Bela Vista –São Paulo/SP – CEP: 01316-901
Telefone: (11) 3113-2600, ramal 2641
contato@saopaulosua.org.br – www.saopaulosua.org.br

Carta da Conferência São Paulo Sua

São Paulo Sua para uma cidade do bem viver

Temos a satisfação de disponibilizar para o debate da sociedade e dos candidatos e candidatas a prefeito e a vereadores a Agenda mínima, necessária e imprescindível desta cidade. São Paulo Sua para uma cidade do bem viver é o Pacto pela Cidade que queremos. Formada por 3 eixos: o pacto pela vida, pelo trabalho e pela democracia.

A Conferência São Paulo Sua encerrou no Dia da Independência, 7 de setembro, essa sua fase após um ano de discussões. Esse processo envolveu cerca de 1.000 lideranças das camadas médias universitárias e dos setores populares de mais de 150 entidades, instituições e movimentos da sociedade civil representando setores associativos, universitários, sindicais, culturais, ambientais e religiosos. Num trabalho vibrante de equipes de trabalho, 6 seminários, 5 plenárias e 3 *lives* de encerramento construiu-se uma dinâmica de participação emblemática, plural e democrática. Deu-se a devida importância a essas eleições municipais numa conjuntura nacional muito delicada de crise política, econômica, social e sanitária.

O objetivo, na contramão da dispersão legítima partidária do momento eleitoral, é apresentar as convergências que formam o caule e as raízes para conquistar uma cidade menos desigual, mais participativa e com mais oportunidades. Numa cidade rica como São Paulo, distribuir, e não concentrar, é a vocação da justiça e da ética para se formarem as bases de uma nova civilização no mundo. Conhecimento, cultura e inovação rimam com trabalho, renda e bem viver.

A pandemia que ceifou milhares de vidas em São Paulo e no País, colocando-nos numa trágica liderança mundial, persiste com consequências imprevisíveis. Uma mobilização inédita e quotidiana de todos os setores por trabalho, renda e oportunidades, combatendo as desigualdades, é um imperativo que demanda um poder público comprometido com as bases desta Agenda mínima.

Foi em São Paulo que simbolicamente ganhamos a independência do País, ainda inacabada e incompleta, começando uma decisiva etapa de nossa história. Acreditamos que, ao estimular o protagonismo das cidades e o empoderamento dos cidadãos, trabalhamos para que o Bicentenário da Independência e a realização da Semana de Arte Moderna de 2022 unam o País através de uma grande onda plural das artes e das culturas. Isso dará bases para a reconstrução da democracia, do desenvolvimento e da soberania.

Construir a cidade inteligente, socialmente mais justa, aberta para a natureza e a democracia coloca asas nas pernas da esperança e das utopias.

São Paulo, 21 de setembro de 2020.

A Conferência São Paulo Sua foi organizada em 6 campos temáticos que contaram com a liderança no processo de:

Hamilton Faria - Política social

Nabil Bonduki - Política urbana

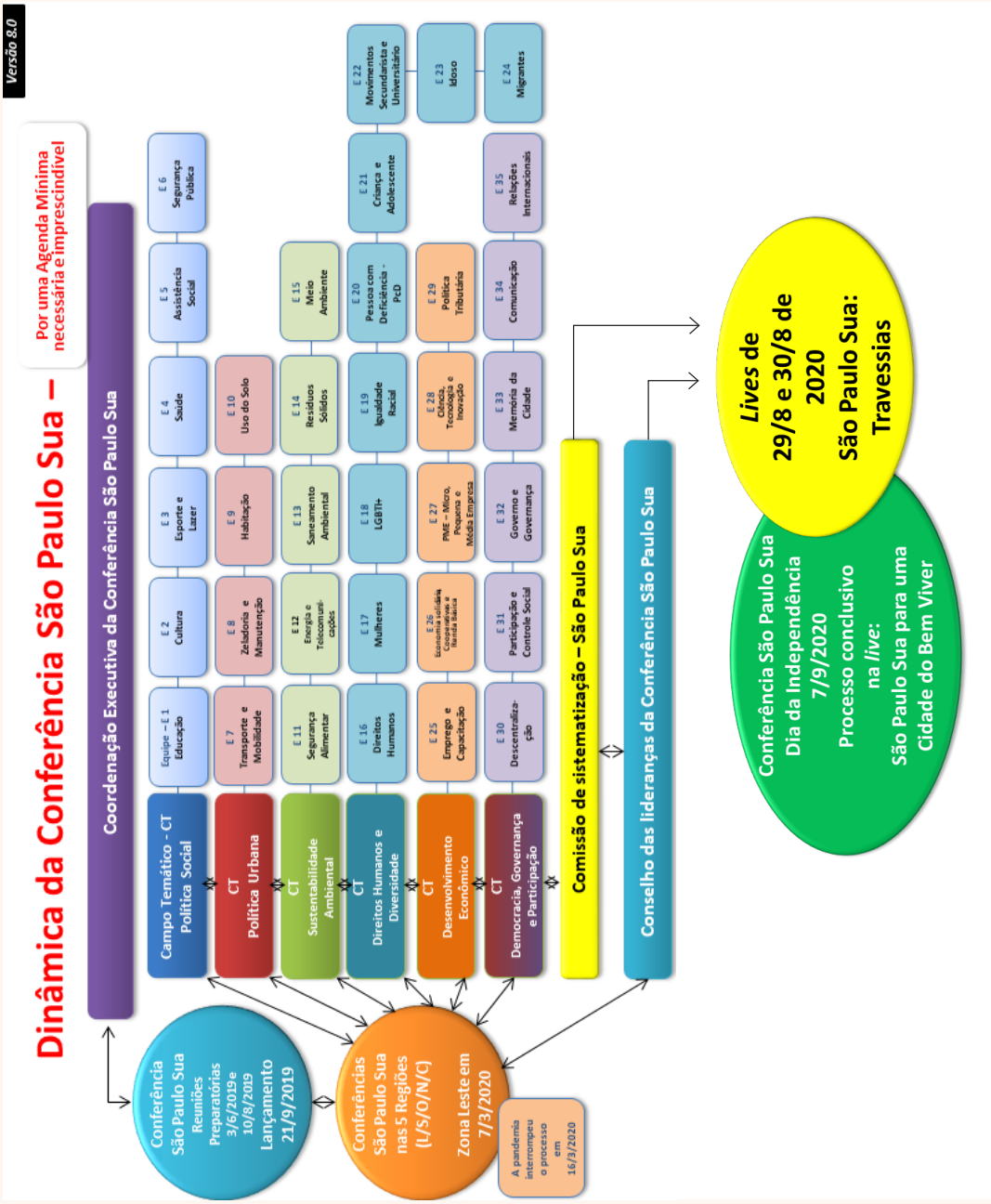
Moacir Arruda - Sustentabilidade ambiental

Cida Prado - Direitos Humanos e diversidade

Ladislau Dowbor - Desenvolvimento econômico

Vicente Trevas - Democracia, governança e participação

A coordenação da CSPSua ficou sob a responsabilidade de **Allen Habert**.



Infográfico sobre a desigualdade social e territorial em São Paulo pode ser acessado pelo *link* **https://bit.ly/3nFR9Up**

(veja informações adicionais a respeito na página 125 desta agenda)

Sumário

SÃO PAULO SUA PARA UMA CIDADE DO BEM VIVER
AGENDA MÍNIMA

Pacto pela cidade do bem viver é pacto pela vida, pacto pelo trabalho e pacto pela democracia

- Carta da Conferência São Paulo Sua para uma cidade do bem viver (21/9/2020) _____ *3*
- Dinâmica da Conferência São Paulo Sua _____ *4*

Apresentação – Os critérios para a cidade do bem viver _____ *16*

A cultura do bem viver _____ *19*

Algumas propostas destacadas do bem viver _____ *20*

- Garantir a segurança alimentar _____ *20*
- Fazer gestão dos resíduos sólidos _____ *20*
- Fortalecer a cultura e a educação ecológicas _____ *21*
- Ampliar a mobilidade e a energia não poluentes alternativas aos automóveis _____ *21*
- Defender os mananciais, reabilitando os rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí _____ *21*
- Saneamento universal _____ *21*
- Estimular as florestas em áreas urbanas _____ *21*
- Regenerar e conservar a Mata Atlântica _____ *21*
- Valorizar e apoiar os indígenas guaranis _____ *22*
- Reconhecer e valorizar as etnias e a interculturalidade _____ *22*
- Fortalecer a cultura jovem periférica e seus coletivos _____ *22*
- Estimular a arte pública _____ *22*
- Garantir a liberdade de expressão _____ *22*

- Estimular a cultura de paz e a defesa da não violência _____ 22
- Institucionalizar o bem viver com a criação do Fórum Permanente do Bem Viver em São Paulo _____ 22
Pacto pela vida: educação, saúde, cultura, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e diversidade _____ 24
Educação: encantar a educação para uma sociedade do bem viver _____ 26
- Orientações da escola do bem viver _____ 27
- Equipe multidisciplinar _____ 29
- Formação de grêmios _____ 30
- Imprensa jovem / Educomunicação deve ser ampliada e fazer ponte como canal de comunicação _____ 30
- Capacitar instrumentos de planejamento que envolvam os ativos do território _____ 31
- Disponibilizar, na escola e nas residências, internet gratuita com banda larga para todos os professores e alunos _____ 31
- Valorizar e promover a leitura e produção de livros por alunos e professores _____ 31
- Incluir no currículo práticas do bem viver _____ 31
- Incluir estudo da economia no currículo _____ 31
- Incluir no currículo aplicativo de meditação como instrumento de bem-estar _____ 31
- Promover parcerias com as diversas secretarias do município e outras instituições _____ 32
- Abrir todas as escolas nos finais de semana com programação cultural e esportiva _____ 32
- Incentivar cooperação entre escolas com alto e baixo desempenho _____ 32
- Identificar e documentar boas práticas nas escolas _____ 32

- Instituir a Agenda 21 da escola e do território _____ 32
- Universalização da educação básica fundamental _____ 32
- Adotar meta para zerar o déficit de creches _____ 32
- Combater o analfabetismo funcional _____ 32
- Reforço escolar para equalizar a aprendizagem _____ 32
- Valorização do professor e gestor _____ 32
- Apoio pedagógico necessário para uma escola livre e libertária com senso crítico _____ 33
- Parcerias com as universidades, estimulando o trabalho voluntário dos alunos universitários com as escolas públicas _____ 33
- Estrutura física das escolas adequadas, esteticamente belas, acolhedoras _____ 33
- Ciência, tecnologia e inovação, elemento central da educação, cultura e desenvolvimento social e econômico _____ 33
- Assegurar a universalização da escola com período integral e resgatar papel dos CEUs _____ 33
- Atenção aos superdotados _____ 33
- Disponibilizar higiene segura para todas as escolas _____ 33
- Administração democrática e descentralizada com controle social ___ 33

Saúde: fazer do SUS o "novo normal" e priorizar a atenção primária _ 34
- Objetivos a serem perseguidos pelo sistema de saúde paulistano _ 37
- Fortalecimento e qualificação da atenção básica _____ 39
- Priorizar a Estratégia Saúde da Família (ESF) na atenção primária ____ 40
- Ter a atenção primária do SUS como centro de articulação do sistema de saúde _____ 40
- Fortalecer os hospitais públicos municipais _____ 40
- Controle público dos serviços prestados pelas Organizações Sociais _____ 40

- Cuidado dos idosos, dos mais vulneráveis e prevenção de doenças _____ 40
- Fortalecer a saúde mental e a rede de atenção psicossocial _____ 41
- Fortalecer a prevenção e tratamento das DST-Aids e hepatites _____ 41
- Fortalecer a saúde bucal _____ 41
- Melhorias dos cuidados materno-infantis _____ 41
- Fortalecer serviços de urgência e emergência _____ 42
- Fortalecimento da vigilância sanitária _____ 42
- Modernizar a vigilância epidemiológica _____ 42
- Melhorar o controle da tuberculose _____ 42
- Aumento do número de consultórios na rua _____ 43
- Conquistar o tratamento e a investigação da saúde dos trabalhadores __ 43
- Educação permanente, estabilidade e suficiência profissional na saúde pública _____ 44
- Articulação pela atenção básica e municipalização do sistema _____ 45
- Articulação da saúde na Região Metropolitana _____ 46
- Implantar tecnologias de informação e telemedicina _____ 47
- Ações intersetoriais para a melhoria das condições e redução de fatores de risco _____ 47
- Gestão da saúde: descentralização no município e cooperação metropolitana _____ 48
- Fortalecer a gestão municipal, com incorporação de gestores competentes e experientes do SUS _____ 49
- Implantar uma descentralização radical da gestão da SMS, com ampliação do número de coordenadorias de saúde, uma por subprefeitura _____ 49
- Participar ativamente dos espaços de pactuação bipartite do SUS _____ 49
- Participar ativamente da CIB _____ 49

- Implantar, em parceria com o estado e as SMS dos demais 38 municípios da RMSP, o Colegiado de Articulação da Região Metropolitana de São Paulo _____ 50
- Intervir no debate entre estado e universidade sobre a responsabilidade pelo Hospital Universitário da USP – Campus Butantã _____ 50
- Criar mecanismos para que os trabalhadores participem do planejamento e monitoramento da saúde _____ 50
- Fortalecer os mecanismos de participação e de controle social dos serviços de saúde _____ 51
- Ampliar a informação de toda a rede municipal, utilizando sistemas integrados à Secretaria de Estado da Saúde e ao Ministério da Saúde _____ 51

Cultura: o fio condutor do bem comum _____ 52
- Regulamentar e implementar o Plano Municipal de Cultura _ 54
- Realizar a Semana de Arte Moderna de 2022 _____ 57
- Respeito e valorização das culturas afrodescendentes_____ 57
- Criação do Memorial dos Povos Indígenas de São Paulo ____57
- Cultura da diversidade étnica _____ 58
- Criação do Parque do Bixiga _____ 58
- Criação de fundo para o esporte juvenil com apoio dos clubes esportivos _____ 58

Sustentabilidade ambiental: por outro modo de vida _____ 59
- Despoluição do ar _____ 60
- Segurança hídrica _____ 60
- Despoluição integral dos rios _____ 60
- Universalização da coleta e tratamento de esgoto _____ 60
- Agenda Municipal do Verde _____ 61

- Arborização _____ 61
- Combate aos agrotóxicos _____ 61
- Gestão de resíduos sólidos _____ 61
- Sustentabilidade e democracia _____ 62
- Parcerias internacionais _____ 62

Direitos humanos: fazer de São Paulo a capital dos direitos humanos e do respeito à diversidade _____ 63
- Transformar São Paulo na cidade dos Direitos Humanos _____ 65
- Fim da violência da Guarda Municipal _____ 65
- Fortalecer a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania _____ 66
- Capacitação dos servidores pelos direitos humanos _____ 66
- Promoção de programas de educação popular para a defesa dos direitos _____ 66
- Criar ou ampliar e cumprir políticas específicas em áreas importantes para grupos sociais com necessidades específicas em direitos humanos _____ 67

Mulheres: por uma agenda mínima necessária e imprescindível _____ 67
- Engajamento e mobilização _____ 67
- Informação e esclarecimento _____ 68
- Atendimento psicojurídico _____ 68
- Apoio às manifestações artísticas e culturais de meninas e mulheres _____ 68
- Apoio às carreiras femininas na área tecnológica _____ 68
- Apoio à cidadania e inclusão digital das meninas e mulheres _____ 69
- Contra a violência doméstica e familiar _____ 69
- Igualdade de gênero e empoderamento _____ 69
- Apoio à pesquisa sobre papel das mulheres _____ 69
- Educação para a consciência _____ 69

LGBTI+ _____ 70

- Continuidade da Política Municipal LGBTI+ ____ 70
- Saúde Integral dos LGBTI+ ____ 70
- Garantir a continuidade do abrigamento LGBTI+ ____ 70
- Fortalecer e ampliar o processo transsexualizador ____ 70
- Fomento à cultura LGBTI+ ____ 70

Negros e igualdade racial ____ 71
- Educação da pessoa negra ____ 71
- Ensino de História da África ____ 71
- Premiação de mídias negras ____ 71
- Política municipal de reconhecimento e articulação afrodescendente internacional ____ 72
- Política municipal do trabalhador ambulante – Regulamentação do trabalho ambulante ____ 72
- Educação antirracista para guardas e outros servidores municipais ____ 72
- Ampliar o acesso às políticas públicas ____ 72
- Realizar a inclusão dos ex-detentos ____ 73
- Atendimento psicossocial aos negros que praticam violência doméstica ____ 73

São Paulo, uma cidade com vocação hospitaleira – políticas para imigrantes e refugiados ____ 73
- Conscientização dos direitos dos imigrantes ____ 73
- Políticas de acesso para migrantes homoafetivos ____ 73
- Atendimento humanizado em saúde dos imigrantes ____ 74
- Promover a revalidação de diplomas ____ 74
- Apoio ao empreendedorismo dos imigrantes ____ 74
- Carteiras de Trabalho mais ágeis ____ 74
- Desburocratização do comércio de rua ____ 75
- Apoio ao estudante imigrante ____ 75

- Capacitação do sistema de saúde para atendimento da população migrante _____ 75
- Respeito às diversas culturas de migrantes _____ 76
- Fomentar a participação e o diálogo direto entre a população imigrante e o Conselho Municipal de Imigrantes _____ 76

Pacto pelo Trabalho: ações emergenciais e empreendedorismo pelo trabalho e renda, economia local, desenvolvimento urbano, transporte e mobilidade, ciência, tecnologia e inovação
Ações emergenciais e empreendedorismo pelo trabalho e renda _____ 78
- Frentes de trabalho em todas as subprefeituras _____ 78
- Retomada de mais de 300 obras licitadas e paradas _____ 79
- Engenharia de manutenção de todas as pontes, viadutos, redes pluviais e edifícios públicos _____ 79
- Instituição de renda básica mensal a todos os cidadãos desempregados e fragilizados _____ 79
- Estímulos à criação de cooperativas de trabalho _____ 79
- Programas de qualificação e requalificação profissional por subprefeitura _____ 79
- Credenciamento de todos os desempregados por região _____ 79
- Chamamento de profissionais concursados na Prefeitura _____ 79
- Realização de novos concursos públicos para as vagas _____ 79
- Criação de banco de projetos de engenharia e arquitetura para obras e serviços necessários e imprescindíveis _____ 79
- Apoio tecnológico e informacional para as micro e pequenas empresas __ 79
- Criação de parques e incubadoras de empresas nas regiões, por subprefeitura _____ 79
- Programa de apoio de *startups*, empresas de base tecnológica _ 79

- Programa para o primeiro emprego _____ 80
- Crédito de investimento e capital de giro para as pequenas e microempresas e os microempreendedores individuais _____ 80
- Desenvolvimento da economia solidária _____ 80
- Criação de laboratório de inovação nas regiões, por subprefeitura ___ 80
- Campanha de informação e orientação nas diversas mídias em prol da batalha pelo trabalho e renda na cidade _____ 80
- Mobilização da opinião pública e de todos os ativos empresariais, sindicais, educacionais, culturais, da saúde, do esporte, em torno da geração do trabalho e renda _____ 80
- Economia local: organizar a inclusão das maiorias _____ 81
- Orientar os recursos para onde são mais necessários, na base da sociedade, para o bem-estar das maiorias _____ 81
- O investimento público no bem-estar da população e na sua capacidade produtiva _____ 82
- Distribuir melhor a riqueza da cidade deve ser a meta _____ 83
- Banco Público Municipal _____ 83
- Acabar com a subutilização da força de trabalho com o apoio às pequenas e médias empresas e a democratização da internet para fortalecimento de novos e distintos negócios, diante das tantas coisas a fazer _____ 84
- Plano municipal de banda larga visando a inclusão digital, a expansão da economia, o fomento de novas atividades de negócios e o avanço científico e tecnológico _____ 85
- Criar polo industrial da saúde _____ 85
- Criar polo industrial para produção de computadores, celulares e outros equipamentos eletrônicos necessários na expansão da educação presencial e a distância e na inclusão digital _____ 86

- Renda básica universal e incondicionalmente para todos, garantindo a cada cidadão a liberdade econômica, através da renda básica cidadã _____ 86
- Apoio aos pequenos negócios e à economia solidária _____ 86
Por outro modelo urbano: cidade mais sustentável, menos desigualdade e segregação, inovadora e economicamente viável _____ 87
- Combater a especulação fundiária _____ 88
- Produção de habitação social com subsídio _____ 88
- Urbanização e regularização de favelas e assentamentos precários ___ 89
- Melhoria habitacional com assessoria técnica gratuita _____ 89
- Priorizando moradores de rua e idosos: um programa social de moradia __ 89
- Priorizar o transporte coletivo e a mobilidade ativa _____ 89
- Revisão do Plano Diretor Estratégico _____ 89
1) aprofundar a articulação mobilidade-uso do solo _____ 89
2) proteger áreas residenciais qualificadas _____ 90
3) combater a expansão horizontal da zona urbana _____ 90
4) garantir áreas para habitação social e proteção ambiental na orla ferroviária e industrial _____ 90
- Rigorosa preservação de áreas protegidas _____ 90
- Qualificar e criar empregos em áreas de vulnerabilidade social ____ 90
- Maior autonomia das subprefeituras na manutenção urbana _____ 91
- Criação da Secretaria Municipal de Engenharia de Manutenção
Transporte e mobilidade: resolver os problemas de hoje com visão de futuro _____ 92
- Estrutura básica do sistema de transporte e mobilidade – Intermodalidade/ sistema tronco alimentador _____ 95
- Expansão dos trilhos, micro-ônibus de bairro, ciclovias, calçadas _____ 95
- Democratização e diversificação de operadores _____ 95
- Tarifa integrada ilimitada metropolitana e passe solidariedade _____ 96

- Financiamento partilhado _____ 96
- Autoridade Única Organizadora dos Transportes e Mobilidade Metropolitana com transparência e participação social _____ 97
- Transição verde, mudança climática _____ 98
- Ciência, tecnologia e inovação: mobilizar o sistema paulista para auxiliar as políticas públicas municipais _____ 100
- Acionar o Sistema de CT&I paulista para auxiliar nas políticas públicas municipais _____ 101

Pacto pela Democracia: governança, descentralização e participação ____ 103
Governança: governantes e cidadania para lidar com as complexidades e diversidades _____ 104
Descentralização: governo nas duas instâncias: central e regional ____ 105
Participação: nem assembleísmo, nem decisão autocrática: espantar o tecnicismo e a meritocracia, sem dispensar a técnica e o mérito _____ 108
- Novo impulso de descentralização política e administrativa ____ 110
- Recomposição material e administrativa das subprefeituras ____ 110
- Subprefeitos escolhidos pela população _____ 110
- Qualificação do conselho de representantes _____ 110
- Constituição imediata dos governos locais e elaboração de planejamento regional _____ 110
- Dar continuidade e realizar aperfeiçoamentos nos instrumentos de consulta à população e participação popular _____ 110
- Reforçar e aperfeiçoar os mecanismos partidários e eleitorais que visam ampliar a representação nas várias instâncias de governo _____ 111
- Carta da Conferência São Paulo Sua para uma cidade do bem viver (21/9/2019) _____ 112
- Dinâmica da Conferência São Paulo Sua _____ 113
- Infográfico sobre a desigualdade social e territorial em São Paulo ___ 125

Apresentação

A Conferência São Paulo Sua (CSPSua) apresenta a todos os setores públicos e privados da metrópole paulistana este documento SPSua para uma cidade do bem viver – Agenda Mínima, resultado de reuniões, seminários, encontros e debates realizados em 2019 e 2020 por mais de 1.000 lideranças das camadas médias universitárias e dos setores populares. A CSPSua nasceu de uma iniciativa do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), abarcando a participação de 150 entidades e instituições.

São Paulo é Sua; cuide dela, transforme-a. Que cada morador se perceba um cidadão e um guerreiro pela paz em sua cidade.

O objetivo é propor aos cidadãos em geral, aos movimentos sociais e às instituições do município de São Paulo um Pacto pela cidade do bem viver, também uma filosofia prática não só de governança, mas principalmente de cidadania, orientada pela ideia de que São Paulo é Sua; ou seja, cuide dela, transforme-a. Que cada morador se perceba um cidadão e um guerreiro pela paz em sua cidade. Nos pequenos detalhes da vida cotidiana ou nos enfrentamentos de grandes problemas urbanos e rurais, deve-se mirar o bem viver como prática e conquista de vida pessoal e

coletiva. Eu cuido, você cuida, nós cuidamos para que o bem viver seja possível. São Paulo é Sua.

A Agenda é chamada de Mínima, porque necessária e imprescindível, não tendo a pretensão de ser um programa; aponta problemas essenciais e indica algumas linhas e pontos de possíveis soluções que podem melhorar significativamente a qualidade da governança, da cidadania, da convivência e da existência dos cidadãos paulistanos.

Essa Agenda Mínima é flexível, no sentido de estar sempre aberta ao debate, às novas contribuições, devendo ser atualizada sempre que se fizer necessário e possível. Por isso, o movimento em torno da CSPSua continuará vivo, reunindo lideranças de amplo e plural espectro social, político e cultural, para acompanhar e refletir os acontecimentos mais importantes da cidade, bem como no seu entorno, na metrópole, ativando o debate permanente sobre sociedade, território, meio ambiente, economia, cultura e democracia, bem como outras temáticas relevantes e impactantes na vida paulistana.

O Pacto pela cidade do bem viver, expresso através dessa Agenda Mínima, conta com três eixos principais de orientação: vida, trabalho e democracia. É um compromisso prático para atender demandas pela vida, pelo trabalho e pela democracia a serem adotadas com atitudes amplamente distribuídas de responsabilidade assumida por todos, governos e cidadãos, a cada um de acordo com suas possibilidades e capacidades.

A cultura do bem viver nos desafia a pensar qual a cidade que queremos do ponto de vista da qualidade existencial coletiva, física e espiritual, dos seus habitantes, de seus espaços e equipamentos e das comunidades da natureza à qual pertencemos.

Adotamos para tanto critérios éticos, estéticos, técnicos, econômicos e de governança, bem como a cultura do bem viver na elaboração dessa proposta.

- **Critérios éticos** – resolver a brutal desigualdade social, a exclusão e a discriminação, com sustentabilidade, protegendo acima de tudo os mais vulneráveis, como as crianças, os idosos, os doentes, os sem recursos, os animais, as matas, os rios, o ar e o solo.
- **Critérios estéticos** – não permitir que percam sentido a boa vida, a vida bela, o respeito mútuo e universal, o cuidado, as pessoas, o espaço público, o lixo, a água, a circulação, a mobilidade, a segurança, a educação, as artes, as paisagens e a sensibilidade.
- **Critérios técnicos** – mobilizando a criatividade e a inovação técnicas para melhorar a vida coletiva, os meios de transporte, a sustentabilidade ambiental, social, econômica, os modos de trabalhar, habitar, conviver, conhecer, incluir e proteger.
- **Critérios econômicos** – promovem a igualdade social por meio da distribuição equalizada de recursos, materiais ou simbólicos, humanos ou monetários, da municipalidade, viabilizando a cidade e a ruralidade como um todo, negócios, serviços, empregos, arrecadação e finanças.
- **Critérios de governança** – reconhecem e estimulam que a gestão da cidade é um assunto de todos, cidadãos e governantes. As condutas seguindo regras

O desafio é criar uma sociedade do **bem viver,** ou seja, um viver harmonioso consigo próprio, com o outro e com o Planeta.

de legitimidade, transparência e prestação de contas sobre seus atos. A comunicação sinestésica para educar politicamente e aconselhar os cidadãos sobre problemas e soluções da cidade.

A cultura do bem viver

A metrópole São Paulo precisa adotar um conceito de vida orientador de uma prática cultural e social que aproxime as várias dimensões da existência, do sobreviver ao superviver, afastando o mais possível o intolerável, o mal viver. Estamos propondo que esse conceito seja o bem viver, que, trabalhado de forma persistente política e pedagogicamente, torne-se um conceito comum na cidade.

A cultura do bem viver nos desafia a pensar qual a cidade que queremos do ponto de vista da qualidade existencial coletiva, física e espiritual, dos seus habitantes, de seus espaços e equipamentos e das comunidades da natureza à qual pertencemos. Trata-se do momento para um novo projeto civilizatório para uma cidade com 12 milhões de habitantes. O bem viver significa atenção às experiências mais generosas dos povos originários e da civilização; estar atento a modos de vida que podem alimentar novas políticas públicas; auscultar o novo na multidão de incertezas; olhar com encantamento a arte de viver e a arte como linguagem poderosa e transformadora de realidades e imaginários; olhar com solidariedade a irmandade dos seres vivos.

Bem viver torna-se central para a convivência nas cidades dominadas por algumas elites

inescrupulosas, com paradigmas colonizadores das mentes e da vida. Não é um destino natural o sofrimento e as misérias materiais e espirituais. O desafio é criar uma sociedade do **bem viver,** ou seja, um viver harmonioso consigo próprio, com o outro e com o Planeta. São Paulo pode mostrar o caminho para um paradigma pela vida, instaurando um novo tempo, respeitando toda e qualquer diferença. Abrir-se a todas as possibilidades de regeneração ainda pulsantes para ver brotar a vida em todas as regiões degradadas urbanas e rurais.

Destacam-se nesse sentido algumas propostas do bem viver.

Propostas do bem viver

- **Garantir segurança alimentar**, reavivando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e o Plano de Segurança Alimentar do Município de São Paulo/Conselho Municipal (Comusan) e criando centros de referências nos bairros, restaurantes populares, hortas comunitárias, centros de distribuição de baixo custo, cinturão verde, bem como reaproveitamento de sobras, dietas alimentares saudáveis, orgânicas, vegetarianas, veganas e macrobióticas nas escolas.
- **Fazer gestão dos resíduos sólidos**, com a participação dos catadores com remuneração privada. Estender a responsabilidade do pós-consumo aos produtores. 100% da coleta e compostagem de orgânicos pela Prefeitura. Fim das embalagens descartáveis.

Incentivar a cultura dos 3 “Rs” (reduzir, reutilizar e reciclar). Campanhas de redução de produção de lixo pelo consumidor final. Caminhar, decisivamente, em direção à economia circular.

- Fortalecer a cultura e a educação ecológicas, arborizar ruas e parques, educar com a natureza e aproveitar terrenos vazios para o uso social, como hortas, jardins, viveiros de mudas.

- Ampliar a mobilidade e a energia não poluentes alternativas aos automóveis, como ciclovias, metrôs, andarilhos urbanos. A Prefeitura deve priorizar obras com energias limpas e/ou renováveis. Democratizar pontos de recarga nos locais públicos, de trabalho, comércio, alimentados com energia solar, para bicicletas, patinetes, motocicletas, veículos compartilhados elétricos. Fomentar a eletrificação dos veículos de serviço, como caminhões de coleta do lixo, ambulâncias e caminhonetes de entrega de mercadorias.

- Defender os mananciais, reabilitando os rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí, recuperando, aos poucos, as nascentes e os cerca de 200 mananciais encobertos pelo modelo industrial pesado do século XX.

- **Saneamento universal** na metrópole, começando pelos bairros vulneráveis da periferia.

- Estimular as florestas em áreas urbanas, espaços comuns e residenciais.

- Regenerar e conservar a Mata Atlântica, as florestas, as matas nativas e seus biomas que ainda resistem.

- Valorizar e apoiar os indígenas guaranis contra a desapropriação de matas preservadas e nativas para especulação imobiliária. Apoiar demarcação de terras e a criação do Parque do Jaraguá.

- Reconhecer e valorizar as etnias e a interculturalidade, com a inclusão e o reconhecimento na vida da cidade.

- Fortalecer a cultura jovem periférica e seus coletivos com recursos públicos, tanto da periferia quanto do centro, os pontos de cultura e de encontro, o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), a Lei Aldir Blanc etc..

- Estimular a arte pública para a sensibilidade urbana, para ocupação de lugares públicos e reencantamento deles, carnaval, saraus, eventos, blocos, arquitetura, artes murais, grafite, performances, virada cultural, Paulista Aberta, passeatas poéticas, museus a céu aberto, territórios culturais etc..

- Garantir a liberdade de expressão nas escolas, com debates sobre direitos humanos, culturais e da natureza. Caminhos para o bem viver das próximas gerações. Questionar formas de controle e censura como o Escola Sem Partido.

- Estimular a cultura de paz e a defesa da não violência, contrária também à violência contra LGBTIs, negros, moradores de rua, mulheres, imigrantes.

- Institucionalizar o bem viver, com a criação do Fórum Permanente do Bem Viver em

São Paulo, articulando redes, organizações e instituições para seus valores, práticas e indicadores (IBV).

Todas as propostas a seguir perseguem os critérios acima elencados da cultura do bem viver, sejam elas de caráter ambiental, de saúde, de educação, de cultura, de direitos humanos, de desenvolvimento territorial, de economia local, de desenvolvimento técnico-científico, de governança, de participação. O **bem viver** é a luz que ilumina a todas, a seguir, nos pactos que formam o **Pacto pela cidade do bem viver**, através dos seus três eixos: **vida, trabalho e democracia**.

Pacto pela vida

Educação, saúde, cultura, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e diversidade

O que é a vida? Uma pergunta aparentemente simples, mas que deixa quase todos nós atordoados. Quando ficamos reduzidos à nossa dimensão biológica ou orgânica, viver torna-se apenas sobreviver, despertando em nós, seres individuais ou grupais, a ideia de que para vencer é preciso apenas repetir hábitos que garantam nosso quinhão, seja ele pequeno ou grande, olhando os outros seres como objetos da nossa satisfação ou como concorrentes, ficando nosso pequeno eu aferrado à vida à custa do extermínio de outras vidas. Esquecemos que como indivíduos, grupo ou espécie, somos apenas uma das manifestações temporais e finitas da grande vida que atravessa a todos os seres e que participa de uma realidade e de um dom muito maiores que procedem de um fundo multiforme, transtemporal e infinito, cujas manifestações somos chamados a contemplar, venerar, cuidar e servir, em vez de possuir, dominar ou submeter.

Contemplar, venerar,
cuidar e servir,
em vez de possuir,
dominar ou submeter.

O **Pacto pela vida**, dentro do **Pacto pela cidade do bem viver**, tem o sentido da grande vida, que busca garantir o direito biológico de sobrevivência de todos os cidadãos, moradores e hóspedes, mas com uma perspectiva política mais ampla, cosmológica, atenta ao direito da supervivência, ou seja, viver em estado de graça, poeticamente, espiritualmente, inteligentemente e até misteriosamente, porque devemos respeitar a nossa condição de uma inteligência relativamente limitada diante do desconhecido, do obscuro, do não manifesto.

A cidade do bem viver tem o sentido da grande vida, que busca garantir o direito biológico de sobrevivência de todos os cidadãos, moradores e hóspedes, mas com uma perspectiva política mais ampla, cosmológica, atenta ao direito da supervivência, ou seja, viver em estado de graça, poeticamente, espiritualmente, inteligentemente e até misteriosamente.

Educação

Encantar a educação para uma sociedade do bem viver

Estamos enfrentando uma crise econômica, política, social e sanitária que não sabemos quando acaba. A pandemia acentuou a exclusão e a desigualdade social de maneira significativa. Dentro desse contexto, cabe reflexão sobre o papel da educação com a volta às aulas, neste ano ou em 2021, e como vai incidir sobre as populações vulneráveis. E não menos importante é pensar a educação no século XXI: que educação precisamos para a construção de um país com inclusão social, sem cidadãos de segunda classe.

Várias questões cercam a volta às aulas, entre outros fatores, a evasão escolar, sofrimento pelo isolamento social, pelo desemprego de muitos pais, defasagem no aprendizado e falta de acesso à internet, que, segundo pesquisa da TIC *online* do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), afeta 4,8 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 9 a 17 anos no Brasil. O País tem 48 milhões de estudantes na educação básica, sendo que 75% estão em escolas públicas que atendem alunos em geral de baixa renda; 51% da população acima de 25 anos não completou a educação básica (Pesquisa Nacional por Amostra

A escola deve ter como premissa a necessidade da escuta e do cuidado para que todos juntos possam buscar caminhos e soluções.

de Domicílios – PNAD Educação). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum de Segurança Pública, em 2017, 36 mil jovens negros foram assassinados; o massacre da juventude negra escancara o racismo estrutural. Esses dados mostram que nem o Estado nem as escolas estão cumprindo o seu papel.

A escola não pode fechar os olhos para esse quadro desafiador e complexo. A escola deve ter como premissa a necessidade da escuta e do cuidado para que todos juntos possam buscar caminhos e soluções. É preciso trazer a periferia para o centro dos debates. Impõe-se, portanto, romper com a estrutura hierárquica cristalizada que não estimula a participação dos alunos, nem o senso crítico. É fundamental uma pedagogia que crie identidade e não a destrua. A escola deve cumprir sua função social como formação de cidadania plena. Para isso, é preciso total reformulação nos projetos educacionais e que as políticas públicas em educação sejam de qualidade para todos.

Educação voltada para o bem viver é uma utopia em construção. Certamente contribuirá na melhora dos índices educacionais e de uma sociedade com mais igualdade social.

Orientações da escola do bem viver

A escola necessária – Esteticamente bela, acolhedora, democrática, autônoma, com identidade própria, que dê voz aos alunos, que assuma sua época, suas contradições e promova uma educação necessária para a cidadania, socialize o saber, não tenha medo de conectar além dos muros escolares, tirando a centralidade da sala de aula.

O educador necessário – Entenda a dimensão transformadora de sua ação, tecnicamente competente, democrático, capaz de estabelecer

uma relação dialógica, reflexiva com os alunos, valorizando seus saberes e experiências. Praticar uma educação livre, criativa e inovadora permite o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

O currículo necessário – Flexibilização do currículo, conectado com o território, seus problemas e busca de soluções, que incorpore no processo pedagógico o desenvolvimento de ações de conhecimento que levem o aluno a ser sujeito da história. Não há protocolo geral que seja capaz de atender as necessidades de cada escola, pois cada uma tem seus problemas. Políticas centralizadas, mecânicas, tecnocráticas, acríticas fragilizam as comunidades escolares. As soluções devem ser discutidas no próprio território onde a escola está inserida. O currículo deve focar a transversalidade; currículos são as janelas que o educador abre para que o aluno veja o mundo, enxergue-se nele, compreenda melhor para transformá-lo.

Disponibilizar, na escola e nas residências, internet gratuita com banda larga para todos os professores e alunos para que possam explorar tecnologias na educação-ensino interativo e significativo, de modo que as comunidades escolares não sejam apenas consumidoras de tecnologia, mas também produtoras.

A gestão necessária – Escola aberta, democrática, compartilhada com toda a comunidade escolar, que propicie a cooperação intraescolar e interescolar e que todos sejam agentes de mudança.

A metodologia necessária – Inovadora e criativa, a aprendizagem deve ser baseada nos problemas, no ensino híbrido, mesclando diferentes maneiras de aprendizagem *offline* e *online*. A criatividade precisa estar presente em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem, e em todas as áreas do conhecimento. O aprendizado deve ser construído conjuntamente na escola, com democracia, criatividade, inovação e transversalidade. Não cabe mais a mera transmissão do saber. A inovação

metodológica possibilita ao aluno transformar informação em conhecimento.

A avaliação necessária – Não é medir quantidade, é um processo, não um fim. Avaliação numa escola necessária significa verificar como o conhecimento está se incorporando ao educando e como modifica a sua compreensão de mundo e eleva a sua capacidade de participar da realidade onde vive. Importante também trabalhar com autoavaliação entre professores e alunos e os critérios discutidos conjuntamente.

Valorizar e promover a leitura e produção de livros pelos alunos e professores.

Se a função da escola é abrir portas, somente com democracia os membros da comunidade escolar serão capazes de transformar vontade política em ação concreta, e com mudança de narrativa e novos paradigmas será possível a viabilização de uma educação promotora de inclusão social, de formação para a cidadania, formação de sujeitos coletivos capazes de contribuir para uma cidade do bem viver para todos e todas. Educação voltada para o bem viver é uma utopia em construção. Certamente contribuirá na melhora dos índices educacionais e de uma sociedade com mais igualdade social.

A partir das considerações feitas, propõe-se:

- **Equipe multidisciplinar**, de suma importância, levando em consideração os inúmeros problemas no pós-pandemia. É preciso haver a inclusão de psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo nas escolas públicas, pelo menos em cada Diretoria Regional de Ensino. As escolas são um espaço de contenção social e precisam se preparar para o pós-pandemia, tendo em vista a

previsão de alto índice de evasão escolar, defasagem no aprendizado, sofrimento com o isolamento, privação de toda ordem, sentimento de fracasso escolar e social, corações e mentes estraçalhados, que justificam ampliar a equipe multidisciplinar.

- Formação de grêmios deve expressar comprometimento com a realidade social; ser o elo da escola com o território, fazendo e criando ações de caráter educativo, cultural, esportivo, bem como de trabalho socialmente útil que incorpore outros saberes e desenvolva outras dimensões nas áreas afetiva, cultural, criativa e nas relações interpessoais, que podem contribuir com uma formação humana ampliada e com a qualidade social da educação, dando significado a essa prática solidária.

- Imprensa jovem / Educomunicação deve ser ampliada e fazer ponte como canal de comunicação dos grêmios e escolares e desenvolver a educação midiática dos estudantes do ensino básico. A proposta de Educomunicação contribui para a formação das competências comunicativas que envolvem a produção de comunicação pelos estudantes e a formação para leitura crítica da mídia para o enfrentamento da desinformação e a desinfodemia. Imprensa Jovem se desenvolve no estreitamento da relação da escola com a comunidade e com as famílias. Por meio das redes sociais, rádio-escola, produção audiovisual, cinema, fotografia, jornal, os estudantes mediadores podem desenvolver ações de

Apoio pedagógico necessário para uma escola livre e libertária com senso crítico.

intervenção social na comunidade com e pela comunicação.

- Capacitar instrumentos de planejamento envolvendo os ativos do território, diferentes parcerias, além da comunidade escolar, como as comunidades científicas, universidades, organizações não governamentais, culturais, associações civis, tendo como foco a pluralidade, diversidade, interdisciplinaridade e transversalidade.

- Disponibilizar, na escola e nas residências, internet gratuita com banda larga para todos os professores e alunos para que possam explorar tecnologias na educação-ensino interativo e significativo, de modo que as comunidades escolares não sejam apenas consumidoras de tecnologia, mas também produtoras.

- Valorizar e promover a leitura e produção de livros pelos alunos e professores.

- Incluir no currículo práticas do bem viver com um olhar especial sobre cuidado com o meio ambiente, alimentação saudável nas escolas com autonomia para cultivar, implantar economia circular, comprar produtos orgânicos de pequenos agricultores, plantio de árvores nativas e frutíferas. Foco em ações sustentáveis, tendo como base os 3 “Rs” (reciclar, reduzir e reutilizar).

- Incluir estudo da economia no currículo, visando, inclusive, a educação financeira para o consumo consciente e responsável.

- Incluir no currículo aplicativo de meditação como instrumento de bem-estar, concentração, melhorando a aprendizagem e a diminuição de conflitos e violência.

Assegurar a universalização da escola com período integral e resgatar papel dos Centros Educacionais Unificados (CEUs).

- **Promover parcerias** com as diversas secretarias do município e outras instituições para que possam participar de campanhas educativas, buscando informações sobre saúde/pandemia, meio ambiente, igualdade racial, economia, direitos humanos, entre outras, e entender como os problemas impactam suas vidas.
- **Abrir todas as escolas nos finais de semana**, com programação cultural e esportiva, estreitando a comunicação e o sentimento de pertencimento com a comunidade.
- **Incentivar cooperação entre escolas** com alto e baixo desempenho.
- **Identificar e documentar boas práticas** nas escolas e divulgar para contagiar outros territórios.
- **Instituir a Agenda 21[1] da escola e do território**, concentrando energia coletiva em favor de mudanças para melhorar as condições de ensino e qualidade, promovendo a integração entre escola, bairro e cidade, e formar uma rede, otimizando boas bibliotecas, videotecas, centros culturais e esportivos, gincanas e feiras do conhecimento para que os alunos mostrem seus trabalhos à comunidade escolar.
- **Universalização da educação básica fundamental**, inclusiva, em que estejam presentes negros, indígenas, imigrantes, brancos pobres e quilombolas.
- **Adotar meta para zerar o déficit de creches**.
- **Combater o analfabetismo funcional.**
- **Reforço escolar para equalizar a aprendizagem**, garantindo oportunidades iguais.
- **Valorização do professor e gestor** compreende plano de carreira e

[1] Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

mais empenho na qualificação efetiva do profissional, assegurar formação continuada, tão importante quanto a formação inicial e que deve ser assegurada nas políticas públicas.

- **Apoio pedagógico necessário para uma escola livre e libertária** com senso crítico.

- **Parcerias com as universidades**, estimulando o trabalho voluntário dos alunos universitários com as escolas públicas.

- **Estrutura física das escolas adequadas**, esteticamente belas, acolhedoras.

- **Ciência, tecnologia e inovação, elemento central da educação, cultura e desenvolvimento social e econômico.** A ciência deve estar em dois âmbitos, na educação formal e na educação informal, com ciência em museus, exposições e parques. Criar, ampliar e equipar laboratórios nas escolas. Integrar o currículo escolar à educação 4.0.

- **Assegurar a universalização da escola com período integral e resgatar papel dos Centros Educacionais Unificados (CEUs).** Resgatar e aprofundar o papel social, cultural e da politecnia dos CEUs.

- **Atenção aos superdotados** que são excluídos por falta de apoio, muitas vezes se perdem na multidão, e o País perde talentos.

- **Disponibilizar higiene segura** para todas as escolas.

- **Administração democrática e descentralizada com controle social**, abrindo a comunicação com as secretarias e órgãos municipais para uma administração mais racional e eficiente.

Saúde

Fazer do SUS o “novo normal” e priorizar a atenção primária

A pandemia de Covid-19 demonstrou a importância do SUS. Não fosse sua capilaridade e rápida capacidade de resposta, a quantidade de doentes e principalmente de óbitos teria sido maior do que o já expressivo número registrado.

São Paulo, capital, a maior cidade do País, vive uma situação peculiar entre as grandes localidades brasileiras. Depois de ter uma gestão com avanços na área da saúde, de 1983 a 1985 (Mario Covas), a gestão de saúde de 1986 a 1988 (Jânio Quadros) foi de retrocesso. A administração seguinte, entre 1989-1992 (Luiza Erundina), promoveu importantes avanços, mas não conseguiu a municipalização de serviços, que continuaram sob gestão do Estado, particularmente em relação às Unidades Básicas de Saúde (UBS), que, com o SUS, deveriam passar para a esfera municipal. Seguiram-se as desastrosas administrações de Maluf (1993-1996) e Pitta (1997-2000) que, com a criação do Plano de Atendimento à Saúde (PAS) operado pelas cooperativas médicas criadas, na contramão e fora do SUS, promoveram retrocessos significativos na área. Apenas em 2001, na gestão de Marta Suplicy (2001-2004), teve início a construção do SUS na cidade, com a extinção do PAS; a gestão plena dos recursos; a municipalização das UBS e dos primeiros Programas de Saúde da Família (PSF) nas regiões

da Vila Brasilândia e Sapopemba que estavam sob gestão do Estado; a instituição do Fundo Municipal de Saúde e a realização de Conferências de Saúde, fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde e elaboração do Plano Municipal de Saúde, em sintonia com as diretrizes e objetivos do SUS. As gestões posteriores a 2004 tampouco conseguiram avanços significativos na saúde. Pelo contrário, entre 2005 e 2012, reverteu-se o processo de descentralização do planejamento e coordenação das ações no território, com extinção das coordenadorias de saúde que haviam sido criadas em cada uma das subprefeituras.

A melhoria da saúde em São Paulo passa pelo fortalecimento do SUS em todo o País, especialmente na cidade e na Região Metropolitana.

Os serviços de saúde hoje funcionam de forma fragmentada e sem coordenação efetiva. O modelo de gestão centrado nas Organizações Sociais de Saúde (OSS) cresceu vertiginosamente nos últimos 15 anos. Atualmente, essas gerenciam UBS, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), hospitais, ambulatórios de especialidades, entre outros. Cerca de 70% dos serviços de saúde do município de São Paulo são gerenciados por dezenas de OSS, que atuam, com frequência, sem coordenação e integração entre si e sem uma gestão forte da Prefeitura, que acaba se limitando muitas vezes a monitorar o cumprimento de metas de produção.

A esse quadro soma-se a crônica falta de médicos, especialmente nas áreas periféricas, situação que se agravou com a extinção do programa Mais Médicos criado no Governo Dilma Rousseff. A nova versão, criada pelo Governo Bolsonaro, muda radicalmente os critérios de provimento

de médicos para as UBS e exclui principalmente as grandes cidades da Região Sudeste do Brasil, apesar de terem periferias carentes com unidade de saúde onde o provimento de profissionais também é muito difícil.

Destaca-se em São Paulo a redução progressiva das ações da Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP), especialmente nas tarefas típicas como promoção, controle de riscos coletivos e de vigilância e referência para ações de alta complexidade. Ao lado dessa retração, chama atenção a falta de coordenação de ações regionais para auxiliar pequenos e médios municípios a organizarem planos de atenção regionais.

A situação atual do País – com a crise econômica que reduz a arrecadação e a limitação homicida imposta pela Emenda Constitucional 95, que congela os gastos públicos por 20 anos – e a descontinuidade nas gestões do sistema vêm impondo um agravamento na prestação de serviços de atenção à saúde da população SUS dependente, com aumento da precarização e elevação de custos aos municípios.

Fortalecimento da atenção básica, qualificando-a e ampliando-a, para que seja a principal porta de entrada para o sistema de saúde.

Nesse quadro, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que agrupa 39 municípios, com cerca de 21,5 milhões de habitantes, é um caso à parte, pois ao mesmo tempo em que concentra muitos dos melhores serviços de alta complexidade do País, também convive com dificuldades na atenção básica, ambulatorial e hospitalar, especialmente para suas populosas regiões periféricas.

A pandemia de Covid-19 demonstrou a importância do SUS. Não fosse sua capilaridade e

rápida capacidade de resposta, o número de doentes e principalmente de óbitos teria sido maior do que o já expressivo número registrado em meados de outubro: mais de 5,15 milhões de doentes e cerca de 152 mil óbitos notificados no País, sendo um terço no estado de São Paulo e um quarto deles na capital. A melhoria da saúde em São Paulo passa pelo fortalecimento do SUS em todo o País, especialmente na cidade e na Região Metropolitana.

Priorizar a Estratégia Saúde da Família na atenção primária.

Objetivos a serem perseguidos pelo sistema de saúde paulistano

- Reduzir a mortalidade infantil e materna no município.
- Reduzir a taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis.
- Reduzir em 75% o número de novos casos de tuberculose.
- Reverter a curva de aumento da mortalidade identificada em pesquisas recentes, sobretudo na população desempregada.
- Reduzir/retardar incidência e melhorar o controle das doenças crônicas e de fatores de risco associados a elas com diagnóstico precoce, tratamento e ações preventivas com prioridade para diabetes, hipertensão, doenças pulmonares crônicas (asma e doença pulmonar obstrutiva crônica), obesidade, inatividade física, tabagismo ativo e ambiental, todas ações das quais a atenção primária e a Estratégia da Saúde da Família (ESF) podem dar conta.

- Qualificar e ampliar a atenção à saúde mental, que não se limite aos agravos urgentes. Doenças e sofrimento mentais, no quadro atual, com elevado desemprego, desestruturação familiar, acentuação da exploração no trabalho exigem audaciosos programas que contribuam para a recuperação da dignidade no trabalho e de capacidade produtiva.
- Garantir residência terapêutica para 100% dos doentes mentais de São Paulo, moradores em hospitais psiquiátricos.
- Reduzir o número de casos novos de Aids, particularmente em menores de cinco anos, com incentivo permanente à prevenção a toda população e não apenas aos chamados grupos de risco, universalizando o tratamento acessível e adequado a todos que forem diagnosticados.
- A saúde materno-infantil (gestantes, mães e filhos), população que vem sofrendo os efeitos da crise, terá cobertura integral na rede de saúde.
- Cuidados com o idoso: prevenção, tratamento e programas de inclusão social que estendam o cuidado às questões socioeconômicas.
- Fornecimento de medicação acessível a todos.

Fortalecer os hospitais públicos municipais com reformas arquitetônicas e dotação de recursos tecnológicos, humanos e de gestão.

A atenção primária merece prioridade, pois é qualificada para a humanização e acolhimento eficientes do SUS na cidade, coordenando os cuidados previstos pelas normas do SUS, integrando os níveis e interfaces assistenciais regulamentadas, além da integração horizontal

de dispositivos de atenção e cuidado no território. Para isso, a proposta é transferir a gestão das UBS, ESF e unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA) das OSS para a administração direta, com criação de cargos concursados para todas as categorias profissionais necessárias a elas. Assim, fortalece-se a articulação entre atenção primária, especializada ambulatorial e hospitalar, tanto no estado quanto no município e entre ambos.

Fortalecer a saúde bucal com o programa e as ações específicas, com a meta de estender o direito à saúde bucal a toda a população.

Propostas prioritárias em atendimento à saúde

- **Fortalecimento e qualificação da atenção básica**, qualificando-a e ampliando-a, para que seja a principal porta de entrada para o sistema de saúde. O objetivo é resolver seus principais problemas, responsabilizando-se e cuidando da população em sua área da ação. O fortalecimento da atenção básica integrada com ações de vigilância terá como prioridade o controle da pandemia de Covid-19, que, embora em declínio, ainda persiste em níveis elevados e poderá se intensificar com a reabertura das atividades sem estratégias de controle da propagação da doença. As equipes da atenção primária passarão a identificar com rapidez os infectados, com os resultados de testes de RT-PCR prontos em 24h, permitindo isolar com brevidade os pacientes, bem como proceder a busca ativa de todos com quem estes tiveram contato, para testá-los, acompanhá-los e tratá-los quando necessário.

Conquistar o tratamento e a investigação da saúde dos trabalhadores, atraindo para o SUS empregados e desempregados, dos setores público e privado, chamando a todos os movimentos e sindicatos para se cadastrarem nas unidades de saúde.

- Priorizar a Estratégia Saúde da Família (ESF) na atenção primária, garantindo o número de profissionais previsto nas normas e com educação permanente, fortalecendo a estrutura e a função dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF), a despeito da Nota Técnica nº 03/2020-DESF/SAPS/MS, que faculta aos gestores estaduais e municipais a composição e a inserção dos profissionais do NASF no cadastro nacional (CNES).

- Ter a atenção primária do SUS como centro de articulação do sistema de saúde: o SUS, suportado pelas equipes de ESF na sua atenção primária, centro de articulação do sistema com a rede secundária e terciária de saúde. Articular mecanismos sólidos entre a rede primária e as demais, através da regulação do acesso aos serviços de média e alta complexidade, com apoio matricial dos especialistas das diferentes áreas para as equipes de atenção primária.

- Fortalecer os hospitais públicos municipais com reformas arquitetônicas e dotação de recursos tecnológicos, humanos e de gestão; estabelecer contratos entre hospitais e Secretaria Municipal da Saúde (SMS) para garantir que funcionem de maneira equivalente às OSS contratadas.

- Controle público dos serviços prestados pelas organizações sociais, revendo os contratos de gestão com as OSS, buscando aplicação integral das diretrizes da SMS.

- Cuidado dos idosos, dos mais vulneráveis e prevenção de doenças. A população

envelhece e passa a precisar mais de cuidados de saúde. Além disso, a recessão econômica, desemprego, redução dos salários, redução dos direitos dos aposentados fazem dos idosos arrimos de família neste momento de vulnerabilidade. Deve-se qualificar a atenção primária à saúde, fazendo-se prevenção, atenção domiciliar e inclusão social, ampliando-se instituições de longa permanência (ILPI) com leitos em parceria com a Secretaria Estadual, com apoio do Ministério da Saúde.

Fortalecer serviços de urgência e emergência.

- **Fortalecer a saúde mental e a rede de atenção psicossocial** com os CAPS, os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) e leitos de saúde mental nos hospitais municipais. Com a degradação e precarização das relações de trabalho, são necessários programas audaciosos para recuperar a dignidade e a produtividade do trabalhador.

- **Fortalecer a prevenção e tratamento de DST-Aids e hepatites**, fortalecendo o Programa de Prevenção e Tratamento de DST/Aids e Hepatites.

- **Fortalecer a saúde bucal** com o programa e as ações de saúde bucal, com a meta de estender o direito à saúde bucal a toda a população.

- **Melhorias dos cuidados materno-infantis** com programas de cuidados materno-infantis, Rede Cegonha, melhorias na assistência pré-natal, parto e nascimento, articulando a atenção primária, redes ambulatoriais e hospitalares municipal e estadual.

Buscar o envolvimento das universidades, especialmente as públicas sediadas na capital, para se debruçarem e ajudar o município de São Paulo e sua Região Metropolitana, através da concentração de esforços para melhorar a atenção à saúde na RMSP e para a realização de pesquisas que contribuam ao aprimoramento contínuo do sistema de saúde.

- **Fortalecer serviços de urgência e emergência** com melhorias do serviço móvel do SAMU, das UPAs, prontos-socorros e hospitais para urgência e emergência, bem como nos fluxos assistenciais e regulação de urgências.

- **Fortalecimento da vigilância sanitária** diante das graves pandemias, epidemias, endemias, surtos vários de agentes novos e antigos, como tuberculose e arbovirose, aumento das taxas de acidentes, violências, agravos e fatores de risco para doenças crônicas diante da piora das condições de trabalho, dos vínculos precários e desproteção do trabalhador, proliferação dos problemas ambientais e eventos sob vigilância sanitária. Sendo assim, a proposta é fortalecer o setor com recursos para a investigação, análise e intervenção preventiva do quadro epidemiológico. Organizar equipes técnicas eficientes no fiscalizar, controlar e monitorar alimentos, medicamentos, cosméticos, saneamento, agrotóxicos e ambiente de trabalho, cuja incumbência é da Vigilância Sanitária.

- **Modernizar a vigilância epidemiológica** e tornar ainda mais eficientes equipes técnicas efetivas no controle de doenças crônicas não transmissíveis na implantação da notificação universal de todos os agravos relacionados ao trabalho e análise de dados computadorizada.

- **Melhorar o controle da tuberculose** com o acompanhamento e tratamento dos atuais doentes nos locais de trabalho e residência.

- Aumento do número de consultórios na rua diante das pandemias, do desemprego e da precariedade no mundo do trabalho que causaram aumento da população em situação de rua. Além de continuar as políticas habitacionais, propõe-se o aumento das equipes de Consultórios de Rua para ampliar a assistência especializada para esse grupo populacional tão vulnerável.

Cuidado dos idosos, dos mais vulneráveis e prevenção de doenças.

- Conquistar o tratamento e a investigação da saúde dos trabalhadores, atraindo para o SUS empregados e desempregados, dos setores público e privado, chamando a todos os movimentos e sindicatos para se cadastrarem nas Unidades de Saúde. Fortalecer a atenção à saúde do trabalhador nas ruas, residências e locais de trabalho em ação conjunta com as equipes de saúde da família. Locais de trabalho onde as condições, não raro, são insalubres, como separação de lixo, montagem de bijuterias, costuras e pequenas fundições. Assim, colhendo informações sobre essas relações de trabalho, além do atendimento à saúde, visando qualificar, e não punir, as relações de trabalho.

Para o cumprimento dos objetivos elencados e das ações prioritárias, são necessárias medidas de ampliação e valorização dos profissionais de saúde, articulação do sistema municipal e regional metropolitana, ações intersetoriais, bem como modernização do sistema e gestão descentralizada.

Propostas de valorização, articulação, modernização e gestão do sistema de saúde

- **Educação permanente, estabilidade e suficiência profissional**. Qualificar o atendimento através do estímulo e da capacitação progressiva dos profissionais envolvidos. Estabilizar a permanência de profissionais nos serviços. Garantir quadro de profissionais de acordo com o perfil dos serviços e em quantidade suficiente para atender as necessidades da população. A atenção primária, fortalecida com seus profissionais ingressantes na SMS por concurso público, com equipes completas da ESF, supervisão especializada e apoio para capacitação contínua dos seus profissionais, terá prioridade para ampliar o atendimento, sua rapidez, qualidade e construção de uma nova relação com a rede de ambulatórios especializados nas redes municipal, estadual e de hospitais universitários. Implementar uma Política de Educação Permanente (EP) em saúde para os profissionais e gestores, sob a coordenação da Escola de Saúde da SMS, com a finalidade de contribuir para mudanças na gestão e atenção à saúde, promovendo integração das equipes e dos serviços da rede do SUS. Essa política de EP deve incorporar nos seus objetivos a construção da "Rede Escola do SUS" para, em parceria com as instituições de ensino de nível médio ou superior, formar profissionais para o SUS. Buscar o envolvimento das universidades,

Fortalecer a saúde mental e a rede de atenção psicossocial.

especialmente as públicas sediadas na capital, para se debruçarem e ajudar o município de São Paulo e sua Região Metropolitana, através da concentração de esforços para melhorar a atenção à saúde na RMSP e para a realização de pesquisas que contribuam ao aprimoramento contínuo do sistema de saúde.

Melhorias dos cuidados materno-infantis.

- Articulação do sistema pela atenção básica e municipalização. Ter na atenção básica da rede pública, com suporte de principais especialidades integradas na ESF, o centro da articulação do sistema com a rede secundária e terciária de saúde. Priorizar a ESF. A atenção à saúde da população na cidade deve ter direção centrada no município, daí a necessidade da qualificação da SMS como interlocutora junto ao estado, União e às universidades. Participar dos espaços de pactuação bipartite do SUS, em parceria com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (Cosem-SP), em defesa dos interesses de São Paulo e demais municípios do estado. Participar da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) com o objetivo de fazer com que o governo estadual cumpra, com apoio do Ministério da Saúde, seu papel de organizar e oferecer acesso aos serviços de alta complexidade nas áreas de oncologia, cardiologia, ortopedia e neurologia para a população da RMSP e do estado. Fortalecer os hospitais próprios municipais, com reformas e manutenção da estrutura física, modernização do parque tecnológico de equipamentos,

reposição e capacitação do quadro de pessoal e qualificação da gestão desses hospitais que passarão a ter contratos de gestão e trabalho em igualdade de condições ao realizado em hospitais municipais que estão com gestão contratada. Rever os contratos de gestão dos hospitais e serviços especializados sob gerência das OSS, buscando ampliar a coordenação desses serviços por parte da SMS. Implantar o Programa de Atenção às Doenças Crônicas, com ênfase na hipertensão e diabetes, articulando ações na atenção básica e nos Serviços Especializados de referência. Ampliação dos investimentos na saúde. Fortalecer o Fundo Municipal de Saúde e suas atribuições na aplicação dos recursos, na contramão do que vem sendo urdido pelo governo federal. Trabalhar para que o governo estadual cumpra com suas responsabilidades com o cofinanciamento da saúde do município, repassando recursos para a atenção básica, Assistência Farmacêutica, entre outras. Fortalecimento dos mecanismos de participação e de controle social dos serviços de saúde (conselhos municipal e locais), em todos os seus níveis.

Fortalecimento da vigilância sanitária diante das graves pandemias, epidemias, endemias, surtos vários de agentes novos e antigos.

- Articulação da saúde na Região Metropolitana. Construção de um programa de gestão metropolitana da saúde, que organize a atenção nos 39 municípios que a compõem. Implantar, em parceria com o estado e secretarias municipais das cidades da RMSP, o Colegiado de Articulação da Região

Metropolitana de São Paulo, já definido na CIB em 2006, mas que nunca funcionou por falta de interesse político dos gestores das secretarias municipal e estadual da Saúde de São Paulo. Esse colegiado seria o responsável pelo planejamento e monitoramento de ações de saúde no âmbito macrorregional da RMSP. Implantar a descentralização radical da gestão da SMS, com fortalecimento das regionais hoje existentes, para que elas assumam de fato o planejamento e a gestão dos serviços de saúde da região, bem como tenham governabilidade para ações intersetoriais nas áreas que impactam fortemente o processo saúde-doença.

- Tecnologias de informação e telemedicina. Implantar a informatização de toda a rede municipal, utilizando os sistemas do Ministério da Saúde e criando uma área específica de Tecnologia da Informação para coordenar e apoiar as equipes e serviços. Conceber uma rápida expansão do uso de ferramentas para o registro de consultas, solicitação e entregas de resultados de exames, o uso ampliado dos recursos de telemedicina para apoio regular aos serviços municipais de saúde, tanto para atendimento quanto para treinamento/capacitação continuada dos profissionais.

- Ações intersetoriais para a melhoria das condições e redução de fatores de risco para a saúde da população. Tratamento dos esgotos, fornecimento de água de boa qualidade a toda a população. Monitoramento

Garantir quadro de profissionais no sistema público de saúde de acordo com o perfil dos serviços e em quantidade suficiente para atender as necessidades da população.

da água deve envolver análises de produtos químicos e não apenas de agentes biológicos infecciosos. Melhora da qualidade do ar pela adoção imediata dos padrões preconizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para poluentes atmosféricos. Amplo programa para qualificação de merenda saudável nas escolas, bem como a introdução no ensino, desde a infância, sobre o consumo alimentar mais adequado em conformidade com os conhecimentos científicos e a cultura brasileira. Extensão da coleta de lixo a toda a população. Emprego das melhores práticas para a seletividade doméstica e nos espaços coletivos, para a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos. Melhora dos transportes públicos com investimentos em novas tecnologias. Integração aos serviços de assistência social e equipamentos públicos de saúde e educação, bem como aos programas de apoio às famílias de baixa renda. Educação em saúde nas escolas.

Fortalecimento dos mecanismos de participação e de controle social dos serviços de saúde (conselhos municipal e locais), em todos os seus níveis.

- Gestão da saúde: descentralização no município e cooperação metropolitana. A capacidade de gestão da Secretaria deve ser fortalecida para a Prefeitura assumir o protagonismo das ações de saúde, direta ou indiretamente, com interlocução com estado, União e universidades, com parcerias e cobrando responsabilidades. Em uma metrópole como São Paulo, com 32 subprefeituras altamente populosas, as ações devem ser descentralizadas,

com recursos e equipes adequadas às necessidades e complexidade de cada uma dessas subprefeituras. A RMSP tem 39 municípios, existe aí uma oportunidade de cooperação metropolitana de políticas e ações. Isso tem sido negligenciado, sem um modelo legal que implemente esse sistema de racionalidade. A constituição do trabalho em conjunto com a RMSP pode otimizar recursos e pessoal para o SUS. Para isso, são medidas indispensáveis na gestão em saúde:

- **Fortalecer a gestão municipal, com incorporação de gestores competentes e experientes do SUS**, comprometimento radical com metodologias e com o papel do SUS para metrópoles e grandes regiões metropolitanas.
- **Implantar uma descentralização radical da gestão da SMS, com ampliação do número de coordenadorias de saúde, uma por subprefeitura**, para assumirem a gestão e o planejamento dos serviços de saúde na região, e que tenham governabilidade para ações intersetoriais nas áreas que impactam saúde e doença.
- **Participar ativamente dos espaços de pactuação bipartite do SUS**, em parcerias com o Cosem-SP, em defesa dos interesses do município de São Paulo, bem como dos demais e do Estado, contrastando com o tímido papel exercido pelos executivos da pasta.
- **Participar ativamente da CIB**, com o objetivo de exigir que o Estado cumpra, apoiado pelo Ministério da Saúde, seu papel de organizar

Implantar a informatização de toda a rede municipal de saúde. Conceber uma rápida expansão do uso de ferramentas para o registro de consultas, solicitação e entregas de resultados de exames, o uso ampliado dos recursos de telemedicina para apoio regular aos serviços municipais de saúde, tanto para atendimento quanto para treinamento e capacitação continuada dos profissionais da saúde pública.

e oferecer serviços de alta complexidade em oncologia, cardiologia, ortopedia e neurologia para a população de São Paulo, assim como da RMSP e do estado de São Paulo.

- Implantar, em parceria com o estado e as SMS dos demais 38 municípios da RMSP, o Colegiado de Articulação da Região Metropolitana de São Paulo, definido na CIB em 2006, mas que nunca funcionou por falta de interesse político dos gestores. O colegiado se responsabilizaria pelo planejamento e monitoramento de ações de saúde no âmbito macrorregional da RMSP.

- Intervir no debate entre estado e universidade sobre a responsabilidade pelo Hospital Universitário da USP – Campus Butantã, considerando a necessidade da população da região, que tem nesse hospital-escola a única referência pública para atendimento, os interesses dos funcionários da instituição e possibilitando que sirva de campo de estudo e formação para estudantes da USP. Que o Hospital Universitário permaneça aberto e funcionando em sua capacidade máxima, com concursos e cumprindo com as funções para as quais foi pensado e construído.

- Criar mecanismos para que os trabalhadores participem do planejamento e monitoramento da saúde, implementando uma gestão participativa e responsável dos trabalhadores e gestores da saúde.

- Fortalecer os mecanismos de participação e de controle social dos serviços de saúde: conselhos municipal e locais nos serviços de saúde.

- Ampliar a informação de toda a rede municipal, utilizando sistemas integrados à Secretaria de Estado da Saúde e ao Ministério da Saúde, com área específica para coordenar e apoiar as equipes e serviços, expansão rápida do uso de ferramentas para registro de consultas, solicitação e entrega de exames, integrados aos serviços municipal e estadual, uso de telemedicina para apoiar os serviços de saúde para atendimento ou educação permanente dos profissionais.

Cultura

O fio condutor do bem comum

A cidade é um organismo vivo e criativo, com muita riqueza cultural, abafada por um sistema de isolamento em condomínios, de divisão em áreas nobres e periféricas, de solidão em apartamentos e casas, de ruas desertas. Apoiar e fomentar atividades culturais é essencial para essa juventude carente de espaços de sociabilidade.

Muitas vezes vista como secundária no processo de desenvolvimento econômico e social, a cultura desempenha papel chave na construção da coesão social, da identidade, do sentimento de pertencer a uma comunidade, da articulação de um território.

No caso do gigantismo de São Paulo, com uma população maior que a de muitos países, há uma imensa diversidade de culturas que se cruzam. A cidade é um organismo vivo e criativo, com muita riqueza cultural abafada por um sistema de isolamento em condomínios, de divisão em áreas nobres e periféricas, de solidão em apartamentos e casas, de ruas desertas. Apoiar e fomentar atividades culturais é essencial para essa juventude carente de espaços de sociabilidade, que busca expressão em raros momentos que explodem pela sua própria raridade. As tecnologias permitem hoje democratizar a criatividade de tantos grupos espalhados pela cidade. A riqueza cultural constitui uma dimensão essencial da humanização dos espaços urbanos, e o desenvolvimento que se busca não se limita à dimensão. Precisamos, inclusive, despertar os bairros-dormitórios. Muito

já se formulou para dar a vazão a esse potencial criativo, artístico e cultural.

O foco e o fomento da cultura nas periferias são estratégicos para dar oportunidade aos milhares de grupos de jovens, inclusive para combater a economia criminal sempre em busca de cooptar novos corpos para as drogas e o roubo. A educação artística da juventude nas periferias cria identidades mais potentes das comunidades, revela a potencialidade popular de criação e de talentos inestimáveis. Todos os cidadãos devem ter o direito a uma educação sofisticada e ao exercício máximo de suas potências.

Há ações já concretizadas importantes, conquistadas com muita luta e trabalho. Mas é preciso progressivamente muito mais para transformar São Paulo em um espaço democrático de criação e recriação da rica vida cultural das pessoas, dos grupos, das comunidades, da juventude, das mulheres, dos migrantes, das várias sexualidades, dos trabalhadores. Enfim, de fragmento em fragmento, vamos construindo a universal colcha de retalhos dessa metrópole de muitas línguas e linguagens, muito bem expressas pelos desejos da cidadania cultural vigorosa e sistemas propostos pelo Plano Municipal de Cultura (PMC), que precisa ser integralmente implementado para que se possa, inclusive, ir além dele. O século 21 é o século de renascimento da grande vitalidade cultural e artística dos povos. Criar é resistir à morte, à intolerância, às guerras.

Em 2022, comemoram-se os 100 anos da Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, no

De fragmento em fragmento, vamos construindo a universal colcha de retalhos dessa metrópole de muitas línguas e linguagens, muito bem expressas pelos desejos da cidadania cultural vigorosa e sistemas propostos pelo Plano Municipal de Cultura, que precisa ser integralmente implementado para que se possa, inclusive, ir além dele.

Teatro Municipal de São Paulo, o que foi um marco importantíssimo. Essa comemoração deverá ser intensa na cidade, com ações por todos os lados, mais do que comemorando, sendo uma oportunidade de potencialização das artes e culturas paulistanas.

Linhas de ações na cultura paulistana

- Regulamentar e implementar o Plano Municipal de Cultura (PMC). Uma iniciativa cultural séria tem de ser feita para todos, de todos e em todo lugar. Arte não é entretenimento, entretenimento nem sempre é errado, mas sem arte, a vida seria um erro. A arte é um evento raro e nunca programado, premeditado. O papel do Estado é fazer viver a cultura, a arte e o entretenimento para que a arte possa viver. O apoio à cultura havia começado. A rede de equipamentos se expandia com os CEUs, e o Centro da Juventude de Vila Nova Cachoeirinha, a Virada Cultural, o Sistema Municipal de Bibliotecas e a revitalização do Museu da Cidade, quando se iniciaram as consultas à sociedade para a formulação do PMC com critérios democráticos de fato. A cultura floresceu e chegou às bordas do município, na periferia. Tomou a cidade, espaços privados e equipamentos públicos, ruas, praças, becos e vielas. Além das formas de expressão inéditas, pulsam cultivadas formas consagradas que mantêm a chama acesa. O *hip hop*, os saraus, o *funk*, o teatro de grupo, a dança contemporânea, a cultura popular, o samba, o choro, a música clássica, o circo, o teatro de bonecos, o jongo, o maracatu, a capoeira, o grafite, a videoarte, o

Realizar a Semana de Arte Moderna de 2022 com incentivo para, além de grandes eventos, a realização de “semaninhas” em toda a cidade e no País, possibilitando a expressão artística e cultural dos diversos artistas, produtores de cultura e comunidades.

audiovisual expandido, a poesia, a literatura, o slam, a dança, o teatro e as artes visuais. Para que iniciativas culturais não resultem na miséria dos seus agentes, é necessário o fortalecimento da Secretaria Municipal de Cultura e a consolidação das práticas culturais com recursos orçamentários e de profissionais qualificados. O Plano Municipal de Cultura tem o objetivo de seguir no caminho da cultura. Não dá todas as respostas, mas abre o espaço necessário ao diálogo e ao inesperado. Os bens culturais têm impacto ambiental baixo, são ecológicos. Assim, a área da cultura tem de fazer parte do futuro, obrigatoriamente. É uma oportunidade de unir a cidade e dar-lhe uma identidade.

Criminalizar os ataques racistas aos negros, seus cultos e espaços de encontros culturais e rituais.

As 20 metas estruturantes do PMC, organizadas em cinco eixos, são:

Eixo I - Participação social e o Estado

Meta 1: Sistema Municipal de Financiamento da Cultura com a ampliação do número de fontes e de diversificação de financiamento de recursos e implementação do Fundo Municipal de Cultura.

Meta 2: Reestruturação e regionalização da Secretaria Municipal de Cultura com ampliação e qualificação do quadro de servidores.

Meta 3: Gestão participativa com implementação e consolidação da participação social da SMC.

Meta 4: Informação com a implementação de um sistema de indicadores aberto e de fácil uso *online*.

Eixo II - Infraestrutura social no espaço urbano

Meta 5: Requalificação de equipamentos culturais com segurança e acessibilidade e integração aos espaços públicos e conectividade.

Meta 6: Rede municipal de equipamentos culturais com múltiplos usos e em todos os territórios da cidade.

Meta 7: Gestão colaborativa e espaços independentes com a criação de novos arranjos institucionais.

Meta 8: Ocupação de espaços públicos com a promoção de práticas artísticas e culturais.

Eixo III - Memória do patrimônio cultural

Meta 9: Preservação do patrimônio com instrumentos de reconhecimento e proteção implantados em sua plenitude.

Meta 10: Educação patrimonial para valorização e reconhecimento do valor dos bens culturais.

Meta 11: Museus e memória fortalecendo espaços museológicos.

Meta 12: Gestão de acervos com a formulação e implantação de uma política integrada.

Eixo IV - Formação e difusão culturais

Meta 13: Iniciação artística e cultural com oficinas, programas e cursos.

Meta 14: Formação técnica e profissionalizante, criando e ampliando vagas de formação técnica.

Remoção dos monumentos que homenageiam os bandeirantes, respeitando a memória e a existência dos povos indígenas originários, que já habitavam a região antes da fundação da cidade.

Meta 15: Mediação cultural e formação de público com acesso a bens e acervos culturais**.**

Meta 16: Programação cultural com a consolidação do circuito municipal de cultura.

Eixo V - Fomento da economia cultural

Meta 17: Cidadania cultural, fomentando culturas periféricas, populares e de base comunitária para diversificação do acesso.

Meta 18: Fomento às linguagens artísticas com a diversificação dos instrumentos e inclusão de novas linguagens.

Meta 19: Colaboração com a promoção da sustentabilidade de iniciativas culturais.

Meta 20: Cadeias produtivas com seu mapeamento e arranjos produtivos locais para estímulo à produção artística e cultural.

Estimular iniciativas de cultura e educação esportiva em todos os 96 distritos da cidade.

- Realizar a Semana de Arte Moderna de 2022 com incentivo para, além de grandes eventos, a realização de "semaninhas" em toda a cidade e no País, possibilitando a expressão artística e cultural dos diversos artistas, produtores de cultura e comunidades.

- Respeito e valorização das culturas afrodescendentes, inclusive, criminalizando os ataques racistas aos negros, seus cultos e espaços de encontros culturais e rituais.

- Criação do Memorial dos Povos Indígenas de São Paulo. Remoção dos monumentos que homenageiam os bandeirantes, respeitando a memória e a existência dos povos indígenas originários, que já habitavam a região antes da fundação da cidade em 1554.

- Cultura da diversidade étnica. Inclusão das culturas ciganas, afrodescendentes, indígenas, imigrantes e da população em situação de rua no calendário cultural da cidade.

- Criação do Parque do Bixiga. Numa área pública existente no coração do bairro da Bela Vista, designado popularmente como "Bixiga". O terreno, de quase 11 mil m², entre as ruas Jaceguai, Abolição, Japurá e Santo Amaro, é o último chão de terra livre no centro de São Paulo, possibilitando a implantação de programa público abrangente confluindo cultura, educação, saúde e ecologia, em um bairro da cidade tradicionalmente marcado pela diversidade de suas culturas e de seus singulares modos de vida, tornando-se assim um lugar onde se pratica a mistura de faixas etárias, classes sociais e comportamentos.

- Criação de fundo para o esporte juvenil com apoio dos clubes esportivos (Corinthians, Juventus, Palmeiras, Portuguesa, São Paulo, entre outros) para estimular iniciativas de cultura e educação esportiva em todos os 96 distritos da cidade.

Por outro modo de vida

Toda crise é oportunidade para quem procura a melhoria. A crise socioambiental, que assola o Planeta e São Paulo, pede a transformação do modelo de desenvolvimento, trocando matrizes energéticas obsoletas por outras mais limpas, inovadoras e sustentáveis. Como a energia fotovoltaica em qualquer área da economia.

As mudanças climáticas se fazem notar na cidade e no mundo. Exemplos são a crise hídrica de 2013, tempestade de água e fuligem, vindas do Cerrado, do Pantanal e da Amazônia, inundações com chuvas recordes, poluição, ilhas de calor, inundações, escassez, deslizamentos, incêndios com impactos socioambientais severos.

Recomenda-se que o poder público considere os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a serem cumpridos até 2030 para a boa qualidade de vida. Por exemplo, erradicação da pobreza, fome zero, educação de qualidade, saúde e bem-estar, água limpa, saneamento, energia acessível e limpa. As políticas de mitigação dos efeitos dessas mudanças estão na Lei da Política Municipal de Mudanças do Clima de São

É necessário assumir a sustentabilidade em suas dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Paulo e nas Diretrizes para o Plano de Ação de SP para Mitigação e Adaptação.

O patrimônio natural e de São Paulo, clima, água, biodiversidade, solo e subsolo, pode e deve ser utilizado em benefício de todos de forma justa e sustentável. É necessário assumir a sustentabilidade em suas dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Propõe-se, portanto:

- **Despoluição do ar** com fim do consumo de combustíveis fósseis pelos ônibus e redução de CO2 em 50% em dez anos e sua desativação em 20 anos, com base em 2014.
- **Segurança hídrica** – a crise registrada na cidade produziu a Lei de Segurança Hídrica, prevendo a redução do consumo e das perdas, o reflorestamento das bacias e reservatórios, além da infraestrutura necessária.
- **Despoluição integral dos rios** Tietê e Pinheiros, bem como recuperação do histórico Rio Tamanduateí.
- **Universalização da coleta e tratamento de esgoto** desde Salesópolis até Barra Bonita. Construir uma rede de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) descentralizada com novas tecnologias para a microescala domiciliar e rural. Nesse caso, bem como nos demais na esfera da sustentabilidade, nosso imenso atraso é oportunidade: podemos avançar com tecnologias de fronteira, a menor custo, com mais rapidez e mais efetividade.

Promover a produção e distribuição de agricultura orgânica para garantir a segurança alimentar e a saúde preventiva.

- **Agenda Verde,** com a Agenda Municipal do Verde para parques, praças, áreas verdes, corredores ecológicos e Áreas de Preservação Permanente (APPs) desde suas microbacias, ampliando a infraestrutura e aplicando compensações ambientais de fato. Reivindicada pelo movimento social ambientalista, dotação de, no mínimo, 1,5% do orçamento municipal à Secretaria do Verde.

- **Ampliação da arborização**, escassa e irregular em São Paulo, o que torna a cidade menos habitável e mais suscetível às mudanças climáticas. O papel dos governos, das empresas, dos movimentos sociais e das pessoas é mudar esse cenário.

Promover sistêmico combate ao desmatamento e invasões da Mata Atlântica nas áreas de mananciais e APPs, regiões Sul e Norte; urge articular o Plano Diretor Urbano e a Agenda Verde para interesses coletivos e republicanos.

- **Combate aos agrotóxicos** que contaminam a Zona Rural, solo, água, alimentos, agricultores e consumidores. Promover a produção e distribuição de agricultura orgânica para garantir a segurança alimentar e a saúde preventiva.

- **Gestão de resíduos sólidos**, promovendo a necessária mudança de cultura aplicando o princípio dos 3 "Rs" (reduzir, reutilizar e reciclar), aterrando apenas o inaproveitável. Gerar lixo zero, com produção de adubo orgânico, regulamentação da logística reversa, revisão da tributação sobre itens fabricados com material reciclado. Decisiva

Aplicar o princípio dos 3 "Rs" (reduzir, reutilizar e reciclar), aterrando apenas o inaproveitável.

nesse processo a valorização da participação dos catadores, cuja remuneração deve ser custeada pelo setor produtivo. Campanhas de redução de produção de resíduos pelas empresas. Caminhar, decisivamente, em direção à economia inclusiva circular. Aumentar os pontos de coleta de lixo reciclável em São Paulo e estimular a compostagem doméstica dos resíduos orgânicos.

- Sustentabilidade e democracia – as inovações tecnológicas, econômicas e sociais são suportes de sustentabilidade, essenciais à democracia, com padrões de qualidade de vida, humanização de empregos e prosperidade coletiva.

- Parcerias internacionais para instituir o Programa "SP Green" que se dá em convênios entre os consulados instalados em São Paulo e o município, com o objetivo de recuperar as praças como locus de convivência internacional. A Secretaria de Relações Internacionais pode viabilizar essa interlocução. Os consulados apresentariam seus países, cultura e economia a partir da recuperação desses espaços públicos locais.

Além dos serviços públicos de compostagem, estimular a compostagem doméstica ou caseira para que cada família possa transformar seu lixo orgânico em adubo de qualidade para hortas, jardins, bosques e outros cultivos.

Fazer de São Paulo a capital dos direitos humanos e do respeito à diversidade

Direitos humanos, entendidos na amplitude condensada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto de San José (1969), na Conferência de Durban contra o Racismo (2001) e em outros pactos internacionais, todos eles ratificados pelo Brasil, são violentados em São Paulo a todo instante, e de forma muito mais intensa contra as populações mais vulneráveis.

São Paulo não deve hesitar em se contrapor firmemente à violência que caracteriza este país que traz a herança do colonialismo, da escravatura, do patriarcado, da subserviência aos centros mundiais de poder, do complexo de vira-lata e da relação cruel entre casa-grande e senzala. Em São Paulo, estão presentes o racismo estrutural forjado por essa história e a violência institucional contra os mais vulneráveis por parte do Estado, nos seus sistemas de policiamento, Justiça e penitenciário.

A cidade sofre com a necropolítica do morticínio em massa, com estatísticas equivalentes

Fim da violência da Guarda Municipal, com definição clara de políticas e normas para a humanização das suas ações.

às das guerras civis do Oriente Médio; são práticas policiais desumanas para os pobres e encarceramento em massa. O Brasil é o terceiro país do mundo nesse *ranking*, com 800 mil presos, sendo 40% sem julgamento.

Gestões anteriores demonstraram que há instrumentos para atuar nos direitos humanos dos munícipes, porém, muitas vezes não passam de ações paliativas neste quadro sistêmico, com políticas em várias áreas tratadas em comissões temáticas, como alimentação escolar, habitação, população em situação de rua, humanização da Guarda Civil Metropolitana (GCM).

A estrutura da administração municipal de São Paulo inclui uma Secretaria de Direitos Humanos (SMDHC), com três secretarias adjuntas e/ou coordenadorias para a promoção da igualdade racial, políticas para mulheres, defesa dos direitos humanos, juventude, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, pessoas idosas, imigrantes, trabalho decente, drogas. Mas a SMDHC tem peso executivo menor que outras forças do governo municipal.

A Câmara de Vereadores tem o poder de negociar e aprovar projetos de lei elaborados por ela, pelo Executivo e pela sociedade civil que promovam os direitos dos segmentos carentes de proteção legal. Assim, cabe promover os direitos humanos por meio das leis municipais, mapeando oportunidades, com políticas intersetoriais, como: **gestão de uso e ocupação do solo** para conter a gentrificação e despossessão induzidas pela especulação imobiliária; **processos de**

A cidade sofre com a necropolítica do morticínio em massa, com estatísticas equivalentes às das guerras civis do Oriente Médio; são práticas policiais desumanas para os pobres e encarceramento em massa. O Brasil é o terceiro país do mundo nesse *ranking*, com 800 mil presos, sendo 40% sem julgamento.

qualidade em saúde, coibindo práticas abusivas de procedimentos médicos dolorosos, com discriminação cruel contra mulheres negras; **acessibilidade** das vias e edifícios públicos para pessoas com deficiência, bem como criação de normas para projetos privados; **combate à discriminação religiosa e racial** em escolas, serviços de saúde e assistência social; **políticas de fomento à geração de renda**, de modo a promover o trabalho feminino com parcerias com o setor privado e com microcrédito; **garantia de creches e espaços de lazer e cultura para crianças e adolescentes.**

Igualdade de gênero e empoderamento para meninas e mulheres por meio de oficinas, ações pedagógicas e socioculturais para o enfrentamento da violência doméstica, gravidez precoce, abuso e abandono sofridos por crianças e adolescentes.

Propostas básicas para direitos humanos e diversidade

- Transformar São Paulo na cidade dos Direitos Humanos. Aqui não pode haver nenhuma forma de tortura e devem ser apurados os crimes na pandemia. São Paulo é a cidade dos Mil Povos, não podendo, portanto, se comportar como uma província em que as autoridades escamoteiam as verdades e a sociedade fecha os olhos como se a violência não fosse contra ela e contra toda a humanidade. Deve ser instituída uma Comissão da Verdade para apurar os crimes na pandemia, que estão levando à doença e à morte que poderiam ser evitadas de milhares de cidadãos. São Paulo, capital dos Direitos Humanos. Tortura Nunca Mais!

- Fim da violência da Guarda Municipal, com definição clara de políticas e normas para a humanização das ações da GCM, eliminando

violações de dignidade de grupos vulneráveis, como população em situação de rua e dependentes de drogas.

- Fortalecer a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), fazendo a comunicação externa em direitos humanos, abertura maior de seus canais com a população, padrões de qualidade negociados com a sociedade civil, com rapidez e efetividade na solução de questões em diversos bairros e espaços públicos, criação de agenda para dar publicidade às suas ações, tanto violentas como justas, praticadas por agentes do Estado, estabelecer parcerias com as Defensorias Públicas, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselhos de Defesa dos Direitos Humanos, Ouvidorias da Polícia, Igrejas, Observatório de Violências Policiais e ONGs, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Conectas, Instituto Sou da Paz, associações de moradores. Fazer da SMDHC um organismo catalisador da criação de tecnologia, sistemas e métodos para uma cultura de paz para proteção dos mais vulneráveis.

- Capacitação dos servidores pelos direitos humanos, com políticas e capacitação de servidores para a conformidade com os direitos humanos.

- Promoção de programas de educação popular para a defesa dos direitos humanos, em parceria com organismos idôneos e

Contra a violência doméstica e familiar, efetivando o programa Tempo de Despertar, instituído por lei municipal em 2017, que dispõe sobre reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica, de acordo também com a Lei Federal Maria da Penha.

legítimos na defesa deles, e obtenção de justiça célere em relação às violações de direitos humanos.

- **Criar ou ampliar e cumprir políticas específicas** em áreas importantes para grupos sociais com necessidades específicas em direitos humanos, acessibilidade de pessoas com deficiência, direitos dos imigrantes, discriminação religiosa e racial em escolas municipais e serviços de saúde e assistência social, fomento de geração de renda para o trabalho feminino, garantia de creches e espaços de lazer e cultura para crianças e adolescentes e de outras políticas de direitos humanos, cidadania e diversidade.

É preciso trazer para o plano do governo municipal, como prioridade, o compromisso de construir uma cidade digna para todos e todas, o que exige ações efetivas que promovam a igualdade racial e combatam de forma eficaz a discriminação e o racismo.

Propostas para segmentos específicos em direitos humanos e diversidade

Mulheres: por uma agenda mínima necessária e imprescindível

- **Engajamento e mobilização**, com seminários regionais anuais de políticas para mulheres, coordenados pela municipalidade para o engajamento, a mobilização e a integração dos diversos movimentos femininos, tais como Mulheres do Brasil, Virada Feminina, Elas por Elas, entre outras, Casa da Mulher Brasileira, Delegacias da Mulher e secretarias municipais. Representadas pelas áreas da Saúde, Educação, Segurança, Trabalho, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), SMDHC e outras, para fortalecer as redes de proteção.

- Informação e esclarecimento, com parcerias de ensino superior para realizar eventos que informem e esclareçam mulheres em situação de vulnerabilidade social nas diversas áreas, como direito, psicologia, pedagogia, administração, nutrição, serviço social em equipamentos municipais.

- Atendimento psicojurídico, com parcerias com instituições de ensino superior para a instalação de núcleos de atendimento psicojurídico às meninas e mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, nos centros de psicologia aplicada, com escritórios de assistência jurídica, a ser realizado por bacharelandos dos dois últimos anos, sob orientação de professores e profissionais dessas áreas, aproximando as instituições das comunidades e cumprindo o princípio constitucional da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

- Apoio às manifestações artísticas e culturais, destinando recursos e apoio a manifestações artísticas e culturais, de todas as formas de expressão, valorizando o respeito e a autoestima das meninas e mulheres, com igualdade de gênero e superação de todas as formas de discriminação e opressão.

- Apoio às carreiras na área tecnológica, com incentivos às meninas do final do ensino fundamental a seguirem carreiras principalmente na área de tecnologia, por meio de eventos em parceria com instituições de pesquisa, ciência e tecnologia.

Fomentar a participação e o diálogo direto entre a população imigrante e o Conselho Municipal de Imigrantes.

- **Apoio à cidadania e inclusão digital**, capacitando meninas e mulheres para a cidadania e inclusão social e digital, programação, *software*, *hardware*, habilitando-as para o mercado de trabalho.

- **Contra a violência doméstica e familiar**, efetivando o programa Tempo de Despertar, instituído por lei municipal em 2017, que dispõe sobre reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica, de acordo também com a Lei Federal Maria da Penha, em parceria com instituições em defesa das vítimas de violência doméstica e familiar.

- **Igualdade de gênero e empoderamento** para meninas e mulheres no âmbito do município, por meio de oficinas, ações pedagógicas e socioculturais para o enfrentamento da violência doméstica, gravidez precoce, abuso e abandono sofridos por crianças e adolescentes, em parceria com o terceiro setor, nas 32 subprefeituras municipais.

- **Apoio à pesquisa**, promovendo rodas de conversa na rede pública, como parte de um projeto pedagógico, que estimulem meninas ao interesse por leitura e pesquisa sobre o papel das mulheres na sociedade. Lançar mão da contribuição da literatura infanto-juvenil, artes cênicas, medicina, humanidades etc., de acordo com o seu estágio educacional.

- **Educação para a consciência corporal**, criando em todas as regiões do município e em parceria com as empresas e

Deve ser instituída uma Comissão da Verdade para apurar os crimes na pandemia, que estão levando à doença e à morte que poderiam ser evitadas de milhares de cidadãos. São Paulo, capital dos Direitos Humanos. Tortura Nunca Mais!

indústrias radicadas na capital, promovendo de maneira interdisciplinar e multiprofissional oficinas, palestras e orientações de higiene pessoal, conhecimento e valorização do próprio corpo, de forma a identificar e não permitir abusos e ofensas à dignidade. Apoio psicopedagógico para superar o medo das represálias em caso de denúncia de violência pela vítima.

LGBTI+

- Continuidade da Política Municipal LGBTI+, e com garantias dessa continuidade, mantendo e ampliando o Centro de Cidadania LGBTI+, de quatro unidades para seis. Garantindo o **Programa Transcidadania** e ampliando-o, buscando interlocução com empresas cadastradas para a contratação de transcidadãos qualificados.

- Saúde integral, com um grupo de trabalho intersetorial junto às secretarias municipais de Saúde e de Direitos Humanos para a criação de um programa de saúde para mulheres lésbicas e bissexuais.

- **Garantir a continuidade do abrigamento** junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ampliando o atendimento para além das mulheres e homens trans, bem como LGB.

- Fortalecer e ampliar o processo transsexualizador nas unidades de saúde da Prefeitura de São Paulo, garantindo a totalidade do tratamento.

- Fomento à cultura, criando na Secretaria Municipal de Cultura (SMC), junto ao

programa VAI, um edital de fomento LGBTI+, garantindo e ampliando as ações do Centro Cultural da Diversidade da SMC.

Igualdade racial

É preciso trazer para o plano do governo municipal, como prioridade, o compromisso de construir uma cidade digna para todos e todas, o que exige ações efetivas que promovam a igualdade racial e combatam de forma eficaz a discriminação e o racismo.

Propostas para uma cidade democrática e antirracista

- **Educação da pessoa negra** formulada com participações de ONGs, com campanhas permanentes de combate ao racismo e educação antirracista, história e valorização da pessoa negra na São Paulo.
- **Ensino de história da África,** mapeando os professores da rede municipal já capacitados na disciplina, em parceria com o MEC, para formar uma equipe de multiplicadores na rede pública, implementando a atuação desses educadores nas escolas municipais, com aproveitamento de sua capacitação na grade curricular.
- **Premiação de mídias negras,** criando o Prêmio Municipal São Paulo Reconhece, a ser conferido anualmente, para estimular as atividades das mídias negras/pretas pelo trabalho de valorização de ações de pessoas negras pelas denúncias de violências, abusos e violações de direitos.

- Política municipal de reconhecimento e articulação afrodescendente internacional, reconhecendo municipalmente o Programa de Atividades da Década do Afrodescendente da Organização das Nações Unidas (ONU), com o Estatuto da Igualdade Racial incorporando todos os pactos, tratados e convenções da ONU, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinados pelo Brasil.

- Política Municipal do Trabalhador Ambulante – Regulamentação do Trabalho Ambulante, considerando o objetivo da OIT de formular regras para a atividade, informando sobre direitos e deveres, com um programa transparente de licenciamento e regulamentação, reconhecendo que o trabalho ambulante é uma resposta social ao aumento do desemprego e à carência de trabalho digno, historicamente vinculado à população negra. Reconhecer o valor do trabalhador ambulante que comercializa produtos pelas ruas e tem direito ao respeito, à dignidade e à participação das discussões que o afetam no âmbito da administração municipal.

- Educação antirracista para guardas e outros servidores municipais, capacitando para direitos humanos e educação antirracismo a corporação da GCM e os fiscais das subprefeituras que atuam na abordagem dos trabalhadores ambulantes; responsabilizar e punir por abusos.

- Ampliar o acesso às políticas públicas, com a realização de campanhas e mutirões de cadastro

no CadÚnico, a porta de entrada para várias políticas públicas de assistência para pessoas negras e população em situação de rua.

- **Realizar a inclusão dos ex-detentos**, com a participação de ONGs especializadas em recolocação de egressos do sistema penitenciário, campanhas de combate ao preconceito e criação de um programa municipal de recolocação dos(as) egressos(as) no mercado de trabalho.

- **Atendimento psicossocial aos negros que praticam violência doméstica**, com a formulação de um Programa de Atendimento Psicossocial (PMAP) para homens negros indicados em atos de violência doméstica.

São Paulo, uma cidade com vocação hospitaleira – políticas para imigrantes e refugiados

- **Conscientização dos direitos dos imigrantes**, com o programa permanente de conscientização em diversas mídias e canais de difusão e divulgação em espaços públicos, ônibus, escolas, postos de saúde, tendo como sugestão a proposta da educomunicação.

- **Políticas de acesso para migrantes homoafetivos**, ampliando a divulgação ativa de informações, em diferentes idiomas, para pessoas LGBTI imigrantes, relacionadas:

  1) ao acesso às políticas públicas (como a política de saúde, especialmente sexual e mental);

  2) à regularização migratória (sobretudo relacionada ao casamento e união estável homoafetivos);

3) ao direito ao refúgio (principalmente por perseguição em virtude de orientação sexual e identidade de gênero), bem como a realização de campanhas nos equipamentos públicos e nos espaços frequentados pelas comunidades imigrantes, engajando coletivos e organizações da sociedade civil.

- **Atendimento humanizado em saúde dos imigrantes,** capacitando os profissionais de saúde a promoverem e garantir o atendimento humanizado ao imigrante, respeitando diferenças culturais, religiosas, de idioma, crenças e formas de autocuidado, de competência do sistema de saúde, atenção à redesignação sexual, tratamento hormonal, parto e puerpério.

- **Promover a revalidação de diplomas**, com a criação de uma comissão para acompanhar esses processos em diferentes faculdades de São Paulo, debatendo os custos e a produção de material informativo sobre o tema, assim como estimular o aumento da oferta e de serviços de revalidação.

- **Apoio ao empreendedorismo dos imigrantes**, com ações de microcrédito e crédito por meio da isenção temporária de pagamento de taxas municipais, criação de subsídios específicos e de diálogos e parcerias com instituições financeiras, conforme decreto municipal de 2016.

- **Carteiras de Trabalho mais ágeis**, incentivando a interlocução entre

a Prefeitura de São Paulo, o Ministério da Economia e o Governo do Estado de São Paulo para viabilizar a emissão descentralizada de carteira de trabalho em equipamentos públicos municipais e nos Poupatempo, minimizando as dificuldades e a burocratização enfrentadas, bem como para possibilitar a candidatura a vagas de emprego nesses postos de emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

- **Desburocratização do comércio de rua**, promovendo o acesso à informação, com divulgação, monitoramento e avaliação de políticas de regularização, como o atual Programa Tô Legal da Secretaria Municipal das Subprefeituras; informar o passo a passo e dar condições (acesso à internet e computador) para a realização do cadastro; aprimorar a oferta de locais disponíveis, condições e valores acessíveis de pagamento e maiores vigências de autorização; ofertar um serviço itinerante de apoio à informação sobre o programa nos territórios.

- **Apoio ao estudante imigrante**, garantindo espaços de diálogo nas escolas públicas municipais para promover a integração, com apoio psicológico e serviços socioassistenciais, além de canais de denúncia de violência.

- **Capacitação do sistema de saúde para atendimento da população migrante**, incluindo na política de educação permanente ações de sensibilização e

qualificação de servidores municipais e parceiros acerca da saúde das populações migrantes, com atenção ao atendimento intercultural e em diversas línguas, articulando as três esferas da saúde.

- Respeito às diversas culturas de migrantes, com a formação e contratação de agentes comunitários e mediadores culturais para atuação humanizada e que respeite diferentes culturas nos equipamentos de saúde, esporte e lazer, conforme lei municipal de 2016 e decreto municipal do mesmo ano.

- Fomentar a participação e o diálogo direto entre a população imigrante e o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), por meio de:

1) consultas públicas sobre a pauta de atuação;

2) divulgação da existência da colegiados e de suas atividades e de centros de acolhida nos locais de presença de imigrantes;

3) encontros com as comunidades imigrantes para divulgar as ações do CMI e promover escutas, com realização trimestral;

4) realização de devolutivas periódicas sobre o trabalho de apoio, fortalecendo o controle do órgão colegiado;

5) realização de audiências públicas sobre migração, tolerância religiosa, gênero, bem como da 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes: Somos Tod@s Cidadãos, sobre racismo, xenofobia, LGBTI+.

Ações emergenciais pelo trabalho e renda, incentivo ao empreendedorismo, economia local, desenvolvimento urbano, transporte e mobilidade, ciência, tecnologia e inovação

Em setembro de 2020, temos quase 3,4 milhões de cidadãos paulistanos recebendo auxílio emergencial na pandemia, ou seja, em torno de 30% da população paulistana e quase metade do eleitorado do município estão dependendo desse recurso para sobrevivência mínima, afora aqueles que precisam e não conseguiram. Numa cidade que tem 34% do PIB paulista, 28% da produção científica nacional e 11% do PIB brasileiro, esses números do auxílio emergencial revelam que há algo muito errado na sociedade e economia paulistanas.

Instituição de renda básica mensal a todos os cidadãos desempregados e fragilizados.

A necessidade de serem criadas oportunidades de trabalho e renda na cidade é

um desafio para o Estado, para a iniciativa privada e para todas as forças políticas e sociais locais. Uma cidade que, durante um século, foi sinônimo de trabalho e crescimento, possui hoje o maior contingente de cidadãos desocupados em sua história. São mais de 2 milhões de desempregados numa População Economicamente Ativa (PEA) de 6,5 milhões. Antes da pandemia, havia 500 mil jovens desocupados (de 18 a 29 anos), número que equivale ao de estádios como o Itaquerão lotados. Com esse enorme contingente de paulistanos desempregados, afora os desalentados, na maior cidade do País, a questão deve receber toda a atenção e energia da cidadania e poder público paulistanos, pois é possível minimizar consideravelmente esse flagelo com iniciativas já testadas e outras novas. Uma política econômica nacional de desenvolvimento, alinhada com agentes regionais e locais, terá as condições de reverter essa situação extremamente delicada.

Enfim, transformar o Pacto pelo Trabalho num compromisso social de todos os segmentos pela superação e mudança do atual cenário de estagnação e desemprego para um salto de desenvolvimento regional e nacional.

Transformar o Pacto pelo Trabalho num compromisso social de todos os segmentos pela superação e mudança do atual cenário de estagnação e desemprego para um salto no desenvolvimento regional e nacional.

Ações emergenciais e empreendedorismo pelo trabalho e renda

O poder público municipal pode e deve desenvolver de forma articulada e cooperativa as seguintes ações:

- **Frentes de trabalho** em todas as subprefeituras.

- **Retomada de mais de 300 obras** licitadas e paradas.
- **Engenharia de manutenção** de todas as pontes, viadutos, redes pluviais e edifícios públicos.
- **Instituição de renda básica mensal** a todos os cidadãos desempregados e fragilizados.
- **Estímulos à criação de cooperativas de trabalho** em todas as áreas, com apoio das organizações.
- **Programas de qualificação e requalificação profissional** por subprefeitura, articulados com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SP) e o sistema educacional.
- **Credenciamento de todos os desempregados por região**, com o perfil profissional detalhado de cada um.
- **Chamamento de profissionais concursados na Prefeitura**, preenchendo as vagas em aberto.
- **Realização de novos concursos públicos** para as vagas necessárias na função pública em todas as áreas (saúde, educação, cultura, verde e meio ambiente etc.).
- **Criação de banco de projetos de engenharia e arquitetura** para obras e serviços necessários e imprescindíveis.
- **Apoio tecnológico e informacional para as micro e pequenas empresas**, modernizando o sistema produtivo.
- **Criação de parques e incubadoras de empresas** nas regiões, por subprefeitura.
- **Programa de apoio de *startups***, empresas de base tecnológica.

Antes da pandemia, havia em São Paulo, capital, 500 mil jovens desocupados (de 18 a 29 anos), número que equivale a 10 estádios do Itaquerão lotados. É urgente ter na cidade programa para o primeiro emprego em articulação com os sistemas educacional e produtivo.

- Programa para o primeiro emprego em articulação com os sistemas educacional e produtivo.

- Crédito de investimento e capital de giro para as pequenas e micro empresas e os microempreendedores individuais (MEI) com carência alta, juros zero e garantia coletiva, em articulação com o sistema financeiro privado e público.

- Desenvolvimento da economia solidária com crédito e apoio tecnológico para a geração de renda e trabalho pelos agentes populares.

- Criação de laboratórios de inovação nas regiões, por subprefeitura, em articulação com as 20 universidades e 570 faculdades existentes na cidade, para estimular o empreendedorismo e a economia local.

- Campanha de informação e orientação nas diversas mídias em prol da batalha pelo trabalho e renda na cidade.

- Mobilização da opinião pública e de todos os ativos empresariais, sindicais, educacionais, culturais, da saúde, do esporte, em torno da geração do trabalho e renda.

Retomada de mais de 300 obras licitadas e paradas e manutenção de todas as pontes, viadutos, redes pluviais e edifícios públicos.

Organizar a inclusão das maiorias

Toda proposta de desenvolvimento envolve uma visão de conjunto, valores pelos quais medimos o que acontece e o que buscamos para a cidade. A desigualdade é o traço mais evidente que nos caracteriza. Nenhum objetivo pode ser alcançado sem focar a questão da desigualdade. Em particular, sobressai-se a dimensão ética do desafio. A grande maioria da população que mal sobrevive nessa cidade rica e não é a responsável pela própria situação de escassez e miséria. A cidade de São Paulo é rica, mas subutiliza seus recursos de forma aberrante. Organizar a inclusão das maiorias é o eixo central de uma economia do bom senso, que funciona em termos econômicos, sociais e ambientais. Além da racionalidade e do bom senso, trata-se de justiça.

A cidade de São Paulo é rica, mas subutiliza seus recursos de forma aberrante.

Desde que se interromperam a distribuição e a inclusão, em 2014, tem-se estado em um caos político e em uma paralisia econômica, com a volta da fome, elevação da mortalidade infantil, destruição ambiental e uma economia regredida para 2012. Nesse período, passamos de 74 bilionários com R$ 346 bilhões em 2012 para 206 bilionários com R$ 1,2 trilhão em 2019, fortunas financeiras improdutivas que aumentaram em 20% ao ano. A economia sangra, a população, as empresas produtivas e o governo estão endividados, existe ainda evasão fiscal e estoque

de recursos em paraísos fiscais. A gestão municipal está sendo chamada nesse contexto a se defender, construindo o bom senso e o desenvolvimento equilibrado. Isso não é negativo, cidades como Nova Iorque enfrentam o populismo de direita ao construir racionalidade em nível local, buscando oportunidades na crise.

Nesse cenário, queremos sugerir uma visão do desenvolvimento da cidade que perpassa todos os setores em pontos de referência para os diversos projetos que temos em mente, como se segue.

- Orientar os recursos para onde são mais necessários, na base da sociedade, para o bem-estar das maiorias. A lógica do investimento que funciona é orientar os recursos para onde são mais necessários, a base da sociedade. A população gasta tudo o que recebe, enquanto grandes fortunas se multiplicam em aplicações financeiras que geram rendas, mas não geram produção nem emprego. Estimular a base da economia produz bens e serviços, dinamizando a economia. Não provoca inflação por causa da capacidade ociosa que chega a 70% de tudo o que pode ser produzido. O aumento da capacidade de compra gera impostos sobre produtos, não inflação, nesse caso. O aumento da produção gera arrecadação, e a conta fecha. O equilíbrio fiscal não se alcança reduzindo os gastos, mas aumentando as receitas. A economia que funciona é orientada para o bem-estar das maiorias. O empresariado produtivo não precisa de propaganda ideológica, precisa de crédito barato e capacidade de compra da população para investir.

- O investimento público no bem-estar da população e na sua capacidade produtiva. A

Orientar os recursos para onde são mais necessários, na base da sociedade, para o bem-estar das maiorias. Estimular a base da economia produz bens e serviços, dinamizando a economia.

dinamização da base da economia gera recursos para a administração pública, que desempenha papel importante em dois eixos principais, as políticas sociais e a infraestrutura, As políticas sociais não são gastos, são investimentos a longo prazo, educação, saúde, segurança, habitação. Essas políticas constituem um salário indireto para a população, liberando recursos para o consumo. Os investimentos em infraestrutura, transporte, energia, telecomunicações, saneamento, tanto melhoram o bem-estar das famílias como a produtividade das empresas. O equilíbrio entre bens de consumo individual, providos por empresas privadas, e coletivos, assegurados pelo setor público, é essencial. Muitos exemplos mostram que para bens de consumo coletivo, o acesso público é mais eficiente e produtivo. Paris remunicipalizou a administração da água; Hamburgo, a da energia.

O empresariado produtivo não precisa de propaganda ideológica, precisa de crédito barato e capacidade de compra da população para investir.

- Distribuir melhor a riqueza da cidade deve ser a meta. São Paulo é uma cidade rica. O seu PIB é da ordem de R$ 700 bilhões, o que representa R$ 60 mil por habitante por ano, ou R$ 20 mil por mês por família de quatro pessoas. A distribuição pode assegurar a todos uma vida digna e confortável. Mais do que um problema econômico, o desafio é de organização política, ambiental e social. A fortuna acumulada de São Paulo é quatro vezes o orçamento da cidade que deve assegurar serviços para 12 milhões de habitantes. Usam a cidade, mas são isentos de impostos. O orçamento é de R$ 5 mil por pessoa/ano. As fortunas podem financiar o desenvolvimento da cidade.

- Banco Público Municipal. A Califórnia acaba de autorizar a formação de bancos públicos

em todo o estado para que as comunidades administrem o uso dos recursos. A redução da evasão fiscal, a reorientação dos recursos do orçamento para a base da população, a formação de um banco municipal e de finanças de proximidade, um Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) progressivo e outras formas de resgate da utilidade dos nossos recursos são fundamentais. Nosso problema não é a falta de recursos, é a má gestão.

- Acabar com a subutilização da força de trabalho com o apoio às pequenas e médias empresas e a democratização da internet para fortalecimento de novos e distintos negócios, diante das tantas coisas a se fazer. A subutilização da força de trabalho constitui um dos maiores absurdos em um lugar onde há tanto por fazer e tanta gente disposta a produzir. O Brasil tem uma PEA de 105 milhões, mas conta com apenas 33 milhões de pessoas com emprego formal. O setor informal representa 40 milhões. Somando o desemprego aberto de 12 milhões, têm-se 52 milhões de pessoas subutilizadas. Em termos de ação, os eixos são claros: apoio às pequenas e média empresas, as principais empregadoras do setor privado. A generalização da cobertura da internet e o apoio técnico e financeiro para o empreendedorismo individual ou de grupos devem ser efetivos, não um disfarce. A generalização de iniciativas locais, bairro por bairro, inclusive nas periferias, condições de habitação, expansão das políticas sociais, como educação, saúde, cultura, esporte, segurança e outros, que hoje empregam mais do que a indústria. Em termos de organização, isso envolve iniciativas descentralizadas, com

As políticas sociais não são gastos, são investimentos a longo prazo, educação, saúde, segurança, habitação.

protagonismo das próprias comunidades. Há iniciativas esperando algum apoio técnico, organizacional e financeiro para se realizarem. Que cada um possa encontrar o seu lugar.

- Plano municipal de banda larga visando a inclusão digital, a expansão da economia, o fomento de novas atividades de negócios e o avanço científico e tecnológico. O paradigma tecnológico de hoje precisa ser incorporado às estratégias de desenvolvimento das cidades. O conhecimento e a conectividade devem ser espalhados para todos como exigência de nossa era. Tal e qual tantas cidades no mundo, devemos ter um plano de banda larga pública para atender a população. A conexão de internet oferecida no Brasil é das mais caras do mundo. O adensamento da capacidade digital permitirá a expansão da economia solidária, fluxos monetários sem intermediários, pesquisas colaborativas interinstitucionais, articulações internacionais. Inclusão digital e desenvolvimento são inseparáveis hoje. O impacto é tão grande e o investimento tão pequeno que não faz sentido não ter sido feito ainda. Essa iniciativa dinamizará a economia na base. As instituições de nível superior podem colaborar para que o conhecimento não seja aprisionado em ilhas de referência.

- Criar polo industrial da saúde no município de São Paulo, que conta com quase 1,7 milhão de empresas, incluindo grandes, médias, pequenas e microempresas, com uma parte significativa delas sendo prejudicada pela pandemia. Esses empreendimentos, além de outros que venham a ser criados, podem e devem ser orientados para a formação de um polo de negócios industriais, de serviço e comércio em saúde, capacitando o município a produzir equipamentos, remédios e diversos outros produtos para abastecer suas

Os investimentos em infraestrutura, transporte, energia, telecomunicações, saneamento, tanto melhoram o bem-estar das famílias como a produtividade das empresas.

necessidades de saúde. Na pandemia, ficou evidente a nossa dependência de importar produtos básicos, como camas hospitalares, respiradores, testes, remédios, vestuário de proteção dos profissionais da saúde, máscaras e tantos outros produtos e serviços para a saúde. A cidade conta com recursos empresariais, científicos, técnicos e mão de obra para ter um potente polo de saúde que atenda as necessidades nessa epidemia e em outras que podem ocorrer, como previsto, além de atender outras demandas emergenciais e necessidades permanentes de saúde da cidade, região e país.

- **Criar polo industrial para produção de computadores, celulares e outros equipamentos eletrônicos necessários na expansão da educação presencial e a distância e na inclusão digital**, sendo inconcebível, com todo o potencial que temos, o País importar as peças de eletrônica e microeletrônica num setor tão importante, em que nos sujeitamos apenas ao papel de montadores, desperdiçando a chance de criarmos conhecimento, exercermos inteligência, realizarmos inovação, gerarmos empregos num setor em expansão acelerada.

- **Renda básica universal** e incondicionalmente para todos, garantindo a cada cidadão a liberdade econômica através da renda básica cidadã.

- **Apoio aos pequenos negócios e à economia solidária**, ampliando o microcrédito produtivo e a bolsa trabalho para garantir recursos para a periferia; criando incubadoras de negócios sociais de forma coletiva e colaborativa; estimulando as cooperativas de economia solidária.

A subutilização da força de trabalho constitui um dos maiores absurdos, em um lugar onde há tanto por fazer e tanta gente disposta a produzir.

Cidade mais sustentável, menos desigualdade e sem segregação, inovadora e economicamente viável

O Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE) estabeleceu objetivos que apontam para um novo modelo de desenvolvimento urbano para a cidade no século 21, seus objetivos estruturais e estratégias para alcançá-los, fundamentado em instrumentos urbanísticos inovadores regulamentados no Estatuto da Cidade e ações de políticas públicas (programas, projetos e obras) que devem orientar as gestões municipais até 2029.

Esse modelo se baseia em uma cidade mais sustentável, com menos desigualdade e sem segregação, inovadora e economicamente viável. Uma cidade com gestão democrática, com planos e programas amplamente debatidos pela sociedade, mais descentralizada e com maior protagonismo para a gestão local, articulada com os objetivos estratégicos para todo o município

e, se possível, com a Região Metropolitana. Para tanto, é necessário enfrentar os problemas criados no século 20, como a prioridade do automóvel, a especulação imobiliária, manutenção de áreas ociosas e subutilizadas no interior da mancha urbana, expansão ilimitada dela e abandono da zona rural, o desprezo pelos recursos ambientais, com a ocupação de fundos de vales e destruição de áreas verdes, a concentração dos empregos no centro expandido e a segregação da habitação, sobretudo popular, e periferias mal servidas de infraestrutura e serviços públicos.

Um programa de desenvolvimento urbano para São Paulo nos próximos quatro anos deve ter como referência a implementação do Plano Diretor, cuja estratégia deve ser mantida e aprofundada na revisão prevista para 2021.

Sendo assim, vimos propor as seguintes políticas urbanas para a cidade que queremos do bem viver:

- **Combater a especulação fundiária** de terrenos e imóveis ociosos, visando baratear o valor da terra urbana, aplicando rigorosamente os instrumentos regulamentados no PDE para garantir um estoque fundiário com recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) e disponibilizá-lo para a produção de habitação social e de mercado popular.
- **Produção de habitação social com subsídio**, com a aprovação e implementação do Plano Municipal de Habitação (atualmente na Câmara Municipal), priorizando a habitação social com subsídio e, de preferência, nas áreas

Uma cidade com gestão democrática, com planos e programas amplamente debatidos pela sociedade, mais descentralizada e com maior protagonismo para a gestão local, articulada com os objetivos estratégicos para todo o município e, se possível, com a Região Metropolitana.

que concentram o emprego, estimulando a autogestão e a parceria público-popular.

- **Urbanização e regularização de favelas e assentamentos precários**, garantindo saneamento básico, drenagem, ações em áreas de risco e a recuperação de áreas livres e públicas.
- **Melhoria habitacional com assessoria técnica gratuita** – implementar um programa de melhoria habitacional nesses moldes.
- **Priorizar moradores de rua e idosos**, com um programa social de moradia para esses grupos vulneráveis.
- **Priorizar o transporte coletivo e a mobilidade ativa**, mudando o modelo do século 20, racionalizando o uso do automóvel, investindo em corredores de ônibus, calçadas, sistemas de ciclovias e de pedestres e integrações modais com recursos de outorga onerosa do direito de construir e das operações urbanas. Discussão sobre a tarifa, que é muito alta, à qual devem ser buscadas outras modalidades de financiamento, seja a tarifa zero universal ou focalizada à população de baixa renda.
- **Revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE):**

  1) aprofundar a articulação mobilidade-uso do solo, com adensamento populacional e construtivo ao longo dos sistemas de transporte coletivo de massa, formado pelas estações de metrô e trem e corredores estruturados;

É necessário enfrentar os problemas criados no século 20, como a prioridade do automóvel, a especulação imobiliária, manutenção de áreas ociosas e subutilizadas no interior da mancha urbana, expansão ilimitada dela e abandono da zona rural, o desprezo pelos recursos ambientais, com a ocupação de fundos de vales e destruição de áreas verdes, a concentração dos empregos no centro expandido e a segregação da habitação, sobretudo popular, e periferias mal servidas de infraestrutura e serviços públicos.

2) proteger áreas residenciais qualificadas, garantindo menor adensamento nos miolos dos bairros, combatendo a verticalização dispersa e protegendo áreas residenciais qualificadas;

3) combater a expansão horizontal da zona urbana, estimulando o desenvolvimento rural sustentável e a proteção ambiental, aplicando-se o pagamento dos serviços ambientais regulamentado pelo PDE;

4) garantir áreas para habitação social e proteção ambiental na orla ferroviária e industrial, através do planejamento da reestruturação da Macroárea de Estruturação Metropolitana (orla ferroviária e industrial), assegurando áreas para a habitação social e a proteção ambiental.

- **Rigorosa preservação de áreas protegidas** como Áreas de Preservação Permanente (APPs) urbanas e a implantação dos parques previstos, utilizando instrumentos, como a transferência do direito de construir e o Fundo Municipal de Parques.

- **Qualificar e criar empregos em áreas de vulnerabilidade social**, qualificando e gerando empregos na Macroárea de Vulnerabilidade Social, com implantação de infraestrutura, espaços públicos, qualificação urbanística e polos de desenvolvimento nas áreas periféricas.

Criação da Secretaria Municipal de Engenharia de Manutenção para implantar e coordenar a política de planejamento e execução das obras e reparos necessários em diversos equipamentos públicos, como viadutos, pontes e prédios.

- Maior autonomia das subprefeituras na manutenção urbana, com a descentralização da gestão, garantindo maior autonomia para as subprefeituras realizarem de forma integrada a zeladoria da cidade, envolvendo limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana etc..

- Criação da Secretaria Municipal de Engenharia de Manutenção para implantar e coordenar a política de planejamento e execução das obras e reparos necessários em diversos equipamentos públicos, como viadutos, pontes e prédios.

Transporte e mobilidade

Resolver os problemas de hoje com visão de futuro

Alcançar novo transporte e nova mobilidade para cidade sustentável e mais humana exige eficiência em cada elemento componente do sistema, como segurança, pontualidade, conforto, integração das linhas e da tarifa, alta capilaridade, cada modal em sua correta função, energia limpa, intermodalidade, inovação permanente.

Vivemos etapa histórica de aceleradas mutações tecnológicas. As inovações do mundo digital, inteligência artificial, eletrificação e automação estão impondo poderosas transformações no modo de trabalhar, aprender, viajar, viver. Cenários prospectivos indicam que o transporte e a mobilidade serão um dos setores a serem impactados, de modo radical, pela automação e eletrificação. Assim, é grande a responsabilidade dos futuros governantes e da cidadania participativa em face do desafio de planejar o novo transporte, a nova mobilidade. Resolver o problema de hoje, com visão do futuro: planejar, política de Estado, para curto, médio e longo prazos. Assegurar mobilidade que contribua para cidade mais humana, equilibrada, atrativa, sustentável, produtiva, inclusiva, resiliente e democrática.

São Paulo encontra-se entre os 10 piores transportes do mundo, conforme estudo do Expert Market em 74 cidades mundiais, em 2018. Dentre os problemas apontados encontram-se:

apartação social, congestionamento persistente, poluição que provoca doenças e óbitos. Pesquisas mostram que congestionamentos diários e poluição degradam nossa saúde, nossa capacidade produtiva e nosso emprego. Na contramão do mundo com maior civilidade, na esfera social, o modelo ineficiente, que vigora, há décadas, na capital da mais pujante unidade da Federação provoca, cada vez mais, menor uso do transporte público e força uso intensivo do carro individual. Isso porque nosso transporte público, além de ruim, é caro.

Esse modelo insuficiente de transporte público, que prejudica a economia e a equidade da metrópole, fundado na maximização de ganhos, ademais de não aprimorar o serviço, pressiona para obter, cada vez mais, maior subsídio governamental, com argumento de que só assim melhoraria a qualidade e a tarifa. Países com financiamento similar ao nosso, ou seja, cerca de um terço oriundo do empregador – o vale transporte –, um terço do passageiro e um terço do setor público, garantem transporte eficiente, confortável, seguro, com tarifa decente e viagens ilimitadas em toda a área metropolitana. Por que então nosso transporte é ruim e caro? Porque a prestação de serviço público não deve estar sujeita a maximizar ganhos, mas receber apenas remuneração justa/*fair play* pela delegação da oferta de serviço essencial. Diminuir ou eliminar apenas a tarifa ou melhorar apenas o conforto não incentivam a transferência/*report* do carro para o transporte coletivo. Alcançar novo transporte

Garantir, a exemplo das boas práticas mundiais, oferta do cartão único metropolitano com viagens ilimitadas – cartão sem contato, diário, semanal, mensal, anual – e passe solidariedade para atender às diferentes vulnerabilidades sociais, vinculadas à renda familiar.

Desafio de São Paulo, metrópole do bem viver, como inspiração para as cidades do Brasil e da América do Sul, na aceleração do caminho para a neutralidade climática, a começar pela mobilidade limpa. Velocidade calma, ar limpo, ruas de pedestres, praças e recantos verdes em todos os bairros, transporte coletivo e compartilhado inteligente, transporte ativo, para menos carros nas ruas e mais ruas e jardins para convívio das pessoas.

e nova mobilidade para cidade sustentável e mais humana exige eficiência em cada elemento componente do sistema, como segurança, pontualidade, conforto, integração das linhas e da tarifa, alta capilaridade, cada modal em sua correta função, energia limpa, intermodalidade, inovação permanente. A mobilidade, como nosso organismo, é sistema integrado: sua eficiência depende da integração correta de cada aspecto que compõe o complexo intermodal.

Importa, igualmente, assinalar, que transporte coletivo se insere em visão de mobilidade sustentável para cidade mais humana, do bem viver. Ruas peatonais (com boas condições para caminhar), recuperação de calçadas com acessibilidade para o andar a pé, redes cicloviárias seguras, apoio às novas micromobilidades, como o patinete. O transporte coletivo, em acelerada transformação, com o advento da eletrificação, automação e formato inteligente sob demanda, exige olhar atento para as novas tecnologias e para a emergência de estratégias diversas na operação. Essa diversidade beneficia mais pessoas e, sobretudo, traz qualidade de vida à metrópole paulistana, ao favorecer inclusão democrática dos usuários do carro particular no transporte público e no transporte ativo.

Nesse contexto, propõem-se a seguir linhas iniciais para contribuir no debate entre governantes e cidadania paulistana, com vistas à inovadora e sustentável reestruturação do transporte e mobilidade na cidade.

- Estrutura básica do sistema de transporte e mobilidade – Intermodalidade/sistema tronco alimentador. Importante garantir racionalidade, não superposição, mas efetiva integração das linhas locais às troncais. Nos eixos troncais principais: trilhos – metrô expresso subterrâneo ou suspenso; metrô leve de superfície (*light rail*, *tranvia*, *VLT*); trem metropolitano. Na alimentação nos bairros: linhas circulares alimentadoras das estações locais, micro-ônibus ou ônibus, em transição para elétrico, automático, sob demanda; micromobilidades – bicicleta, *scooter*, patinete; a pé, em calçadas com acessibilidade universal; por carro individual, compartilhado ou via aplicativo.

- Expansão dos trilhos, micro-ônibus de bairro, ciclovias, calçadas. Em articulação frutuosa com o Estado, expansão dos trilhos – metrô subterrâneo e suspenso, metrô leve de superfície, trens intercidades, anel metroviário; expansão dos micro-ônibus de bairro, elétricos, automáticos e sob demanda; expansão das ciclovias – rede cicloviária com paraciclos nos edifícios públicos e comerciais; expansão das calçadas com acessibilidade universal, priorizando, de início, os bairros mais vulneráveis.

- Democratização e diversificação de operadores. Transporte público é delegação do Estado de um serviço público essencial. Contrato transparente deve seguir regra de pagamento justo (*fair play*) pelo serviço do

bem público prestado. Ou seja, remuneração justa, por custo, atendendo requisitos de transparência, inclusive construção do Centro de Controle de Operações (CCO) para garantir a adoção dessa nova fórmula. Ademais, agregar mecanismo de *ônus e bônus*, seguindo modelos eficientes e democráticos de delegação do serviço do transporte público coletivo. O sistema público de transporte coletivo (trilhos e ônibus) deve conviver em harmonia com diferentes inovações de mobilidade compartilhada, sempre tendo como objetivo a necessidade da cidadania. Garantir a democratização e diversificação da operação dos modais, como a importante inclusão do conceito de transporte familiar, social, na operação das linhas alimentadoras locais.

- Tarifa integrada ilimitada metropolitana e passe solidariedade. Garantir, a exemplo das boas práticas mundiais, oferta do cartão único metropolitano com viagens ilimitadas – cartão sem contato, diário, semanal, mensal, anual – e passe solidariedade para atender às diferentes vulnerabilidades sociais, vinculadas à renda familiar.

- Financiamento partilhado. Não obstante a exiguidade, precária integração e carência do modelo atual, o formato do financiamento é similar ao utilizado nos países com transporte público de qualidade. Ou seja, cerca de um terço advém do pagamento do empregador (vale- transporte), um terço do

subsídio público, um terço da tarifa paga pelo passageiro. Para financiar a modernização e expansão do sistema de transporte, como um todo, têm contribuição importante as novas linhas de trilhos e a reestruturação de estações em grandes equipamentos comerciais e de lazer. O planejamento integrado das novas linhas com polos inovadores, nas novas centralidades, favorece desenvolvimento local. Agregar valor às grandes Estações de Atração de Serviços, com inclusão de edificações para empreendimentos sustentáveis, espaços públicos para inovação colaborativa. Ao lado de outras receitas, como a valorização imobiliária, geração de empregos, publicidade, há apoio das leis de fomento à inovação e compensação de CO2, como o Fundo Clima, Lei 12.114/2009 e a Lei do Bem, nº 11.196/2005.

- Autoridade Única Organizadora dos Transportes e Mobilidade Metropolitana com transparência e participação social. A exemplo de países mais avançados, é crucial constituir a Autoridade Única Organizadora dos Transportes e Mobilidade, formato lógico que, além de otimizar em termos de custo financeiro e humano, traz equilíbrio, racionalidade e eficiência ao sistema. Composição da Autoridade Única: representantes dos municípios que compõem a Região Metropolitana, representantes de entidades da sociedade civil, bem como representação de todos os subsistemas da

mobilidade e do transporte, como o metrô expresso, trens regionais, trens intercidades, metrô leve/VLT, ônibus, micro-ônibus, motocicletas, bicicletas, patinetes, calçadas, ruas de pedestres. Planejamento, fiscalização e controle do caixa: responsabilidade total do poder público, por meio da Autoridade Única, nos planos de modernização permanente do sistema, na gestão e, sobretudo, no controle do caixa. Essa responsabilidade é exercida com transparência, participação e controle social**.** A lei da transparência (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) necessita ser integralmente atendida, mormente quando se trata de serviço público essencial, conforme reza o art. 6 da Carta Magna. A transparência e a participação social devem estar presentes tanto na operação dos modais quanto no processo decisório e na construção da infraestrutura.

- Transição verde, mudança climática. Desafio de São Paulo, metrópole do bem viver, como inspiração para as cidades do Brasil e da América do Sul, na aceleração do caminho para a neutralidade climática, a começar pela mobilidade limpa. Apoio, fomento para fortalecer as bases estruturais na transição sustentável da matriz energética dos modais, incluindo rede de pontos de carregamento e compras governamentais de veículos elétricos, notadamente utilitários. Conscientização de que a eletrificação e a automação sejam não ônus, mas sim bônus

na reconfiguração de novo cenário aberto à economia criativa, economia solidária. Na criação de emprego e trabalho em direção à transição verde e digital. A reestruturação sustentável da mobilidade tem como missão garantir eficiência econômica, equidade e saúde a todos. Velocidade calma, ar limpo, ruas de pedestres, praças e recantos verdes em todos os bairros, transporte coletivo e compartilhado inteligente, transporte ativo, para menos carros nas ruas e mais ruas e jardins para convívio das pessoas.

Ciência, tecnologia e inovação

Mobilizar o sistema paulista para auxiliar as políticas públicas municipais

Associar a ciência, a tecnologia e a inovação às necessidades da população de uma cidade extremamente desigual como São Paulo é um dos principais desafios de uma administração comprometida com o bem viver.

Os conceitos de ciência e tecnologia foram se mesclando com o passar dos tempos, e a inovação passou a ser um dos principais desafios da sociedade contemporânea. A inovação está associada ao processo dinâmico de substituição tecnológica, fator fundamental para a diferenciação competitiva entre empresas do setor produtivo privado. A ampliação das economias incluiu o setor de serviços na geração de riqueza, e alguns conceitos de inovação chegaram a este segmento. E, mais recentemente, temos a inovação para o setor público, que é diferente daquela dos negócios privados.

A inovação no setor público é um processo de adoção de ideias que são eficazes para criar

valor público, cujas ideias sejam, ao menos em parte, novas (em vez de melhorias incrementais) e sejam úteis (verificação de seus impactos).

Atualmente, municípios preocupados com os temas da sustentabilidade, inclusão e resiliência vêm construindo seus programas de ação em alinhamento com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o que se traduz em um elenco importante de desafios a se enfrentar em temas como a educação, a saúde, a segurança, o desenvolvimento econômico e social sustentável, a qualidade de vida urbana, a agricultura e a busca por uma gestão pública moderna e eficiente.

Estes desafios, cada vez mais complexos e transversais, muitas vezes demandam soluções inexistentes ou ainda não testadas e vêm acompanhados de exigências que só podem ser respondidas com instituições públicas eficientes, políticas públicas focadas e eficazes e incorporação de muito conhecimento científico e tecnológico.

O Estado de São Paulo possui um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) público, robusto e estruturado, fruto do investimento da sociedade paulista há várias décadas, composto por 19 institutos de pesquisa, três universidades estaduais e uma agência de fomento.

Acionar o Sistema de CT&I paulista para auxiliar nas políticas públicas municipais. O Estado de São Paulo possui um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) público, robusto e estruturado, fruto do investimento da sociedade paulista há várias décadas, composto por 19 institutos de pesquisa, três universidades estaduais e uma agência de fomento.

Propostas

Acionar o Sistema de CT&I paulista para auxiliar nas políticas públicas municipais. O principal instrumento para viabilizar essa parceria e sinergia é garantir o pleno funcionamento

do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação da Cidade de São Paulo (CMCTI), instituído pela Lei 15.247, de 26 de julho de 2010, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável da capital e para atuar em apoio ao planejamento e à gestão da administração pública municipal. É tarefa fundamental ainda a realização anual da Semana Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação para permitir a democratização e publicização do conhecimento científico e tecnológico para a sociedade paulistana

Governança, descentralização e participação

O Pacto pela Democracia, dentro do Pacto pela Cidade do Bem Viver, é um manifesto de amor à democracia de fato, a democracia real, não a das oligarquias que manipulam a representação para fim dos seus exclusivos interesses. A democracia de fato quer fazer um espaço de debates e decisões que não satisfaçam apenas os interesses das oligarquias, pelo contrário, que invertam essa tendência por uma de dar voz ao povo dentro e fora do Estado. Daí a importância decisiva dos movimentos sociais para a democracia real, em que o povo se apresenta não como povo abstrato, tão comum na boca dos líderes populistas, e sim o povo concreto, com suas diversidades, com suas paixões igualitárias, com seus desejos de participar das decisões para além da participação nas urnas. E é preciso considerar a democracia não apenas como uma questão de Estado institucional, mas podendo se manifestar inclusive no sentido da contrainstituição, da desobediência civil, da ação direta, da contenção da violência policial, da manifestação particular

Amor à democracia de fato, a democracia real, não a das oligarquias que manipulam a representação para fim dos seus exclusivos interesses.

ou plural dos desejos de viver juntos através da cooperação e da solidariedade, e não da coerção estatal. Ainda que não estejamos totalmente preparados para essa democracia real e profunda, precisamos caminhar nesse sentido, aprendendo como fazer a democracia que queremos pelo bem viver. A seguir, apresentamos algumas propostas iniciais, a serem aprofundadas, para governança, descentralização e participação.

A democracia não apenas como uma questão de Estado institucional, mas podendo se manifestar inclusive no sentido da contrainstituição, da desobediência civil, da ação direta, da contenção da violência policial, da manifestação particular ou plural dos desejos de viver juntos através da cooperação e da solidariedade, e não da coerção estatal.

Governança

Governantes e cidadania para lidar com as complexidades e diversidades

Os governantes não têm condições de assumir seus compromissos com a cidadania assumidos no processo eleitoral sem contar com os processos descentralizadores e participativos. Se virarem as costas para essas efetivas demandas democratizantes, crescerão o descrédito na política e a crise institucional, levando São Paulo à mais confusa encruzilhada. São Paulo é uma megacidade. Uma das dez maiores cidades do mundo.

O que isso significa? Além de abrigar em seu território uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes, sua dinâmica urbana se expressa e se desenvolve em diferentes e simultâneas escalas. A rua, o bairro, o distrito, a região, a cidade e a metrópole. Seu cotidiano, suas atividades e seus modos de vida acontecem em diferentes lugares e em diferentes fluxos. Morar, trabalhar, estudar, cuidar-se, consumir, celebrar, comemorar, todas essas dimensões das nossas vidas são condicionadas e moldadas pela

dinâmica urbana, pela dinâmica socioeconômica e institucional que se desenvolve na metrópole. Como a riqueza e a renda produzidas são apropriadas? Como essa apropriação se projeta no território? Quais os padrões de vida daí resultantes? Como são produzidos e apropriados os bens de consumo coletivo? Como são ofertados os serviços públicos?

Essas considerações têm o objetivo de fazer compreender que governar São Paulo exige de seus governantes e da sua cidadania capacidades para lidar com complexidades e diversidades. Capacidade para lidar com interesses e atores que disputam os recursos e ativos da cidade. Assim, São Paulo necessita de uma estrutura de governo, um processo decisório e uma governança que saibam lidar de forma sistêmica e virtuosa com a complexidade e diversidade de sua população e do seu território.

Uma megacidade, uma metrópole como São Paulo, não pode ser governada de forma centralizada, incapaz de lidar com as escalas, complexidades e diversidades do seu território.

Descentralização

Governo nas duas instâncias: central e regional

Descentralização, uma antiga promessa, um processo pendular, uma questão não resolvida. Há mais de meio século, com a criação em 1965 das administrações regionais, governantes, gestores, planejadores urbanos entenderam que uma grande cidade não poderia ser administrada de forma centralizada. A necessidade de desconcentrar serviços, descentralizar competências e gerenciar regionalmente o território induziram um processo de descentralização na Prefeitura de São Paulo.

Um processo pouco planejado, empírico, dependente da sensibilidade do governante. Esse processo inicial de descentralização a partir da década de 1970 foi conduzido por prefeitos nomeados sob tutela de um regime de exceção. A principal característica deste período é a reduzida capacidade das administrações regionais de interagir com as demandas de suas regiões. A essa pouca capacidade agrega-se uma instabilidade em suas competências: momentos de incorporar novas competências transferidas de órgãos centrais, momentos de perdas dessas competências delegadas. Essa situação submeteu o processo de descentralização a uma dinâmica pendular: avanços e recuos permanentes.

O retorno da autonomia política de São Paulo, com a eleição do prefeito em 1985 (Jânio Quadros), não alterou o padrão anterior. É com o governo da prefeita Luiza Erundina que o processo de descentralização eleva-se a um novo patamar. Os administradores regionais deixam de ser meros operadores subalternos e assumem funções de governo. Juntamente com os secretários municipais, integram o conselho de governo comandado pela prefeita. Constituem um colegiado coordenado por um secretário municipal, vinculado ao gabinete da prefeita. Assessorado pela Secretaria de Planejamento, instala-se em cada administração regional um Núcleo Regional de Planejamento (NRP), constituído por todas as secretarias que atuam no território. Além de articular a presença da Prefeitura nas regiões, o NRP induziu uma dinâmica regional de governo sob a coordenação dos administradores.

As democracias requerem não só instituições, mas também participação e contestação.

Isso possibilitou ao governo da cidade interagir com as demandas e iniciar um efetivo processo de governança regional, mobilizando e articulando atores e ativos do território.

Com a Constituição Cidadã de 1988, os municípios brasileiros ganham um novo estatuto: constituem-se como terceiro ente da Federação. Ganham a competência de se auto-organizar, estabelecer sua própria constituição. A Lei Orgânica do Município de São Paulo (1990) consagra a descentralização, instituindo as subprefeituras e os conselhos de representantes. No final do seu governo, a prefeita Luiza Erundina envia à Câmara Municipal um projeto de lei para implementar as subprefeituras.

Os governos Maluf e Pitta não dão sequência, e só no Governo Marta Suplicy novo projeto de lei é remetido e aprovado pela Câmara Municipal. A implementação das subprefeituras constitui um novo momento do processo de descentralização, mas de potência menor do estabelecido no Governo Luiza Erundina. Implantadas na segunda metade do Governo Marta Suplicy, as subprefeituras, a cada governo subsequente, perdem potência e relevância. A dinâmica pendular do processo de descentralização da cidade se restabelece.

Uma megacidade, uma metrópole como São Paulo, não pode ser governada de forma centralizada, incapaz de lidar com as escalas, complexidades e diversidades do seu território.

Um governo em duas instâncias, central e regional, é um imperativo para viabilizar uma

Consultas públicas, orçamento participativo, conselhos e conferências são instrumentos efetivos de governança participativa que podem dar à democracia maior sentido e objetividade real, espantando o excesso de tecnicismo e meritocracia.

gestão eficiente e estabelecer uma efetiva e democrática governança. Uma governança capaz de contemplar todos os interesses e demandas de sua população e arbitrar os conflitos e as disputas no estabelecimento de prioridades, na alocação de recursos (orçamento) e na regulação da apropriação da cidade. Um pacto pela descentralização, um pacto pela reforma do governo da cidade.

Participação

Nem assembleísmo, nem decisão autocrática: espantar o tecnicismo e a meritocracia, sem dispensar a técnica e o mérito

As democracias requerem não só instituições, mas também participação e contestação. O grande desafio é a coordenação dessas formas de ação. Enquanto a participação pressupõe um envolvimento direto, amplo e sustentado dos cidadãos nas questões públicas, a segunda demanda uma reflexão qualificada sobre as preferências e escolhas políticas dos atores. Ambas não podem ser pensadas somente no nível local, mas demandam espaços mais amplos que, por sua vez, requerem mediações entre os diferentes níveis. Para dar conta dessa complexidade e, ao mesmo tempo, produzir um julgamento político mais crítico e informado, propõe-se um processo político mais amplo que envolva tanto a resistência e o conflito quanto o diálogo e a cooperação em diferentes espaços da sociedade. É necessário,

portanto, criar um sistema integrado que vise compatibilizar diferentes formas de ação que cumprem funções distintas. Um sistema integrado é um conjunto de partes diferenciadas, mas interdependentes, com funções distribuídas e conectadas de forma a construir um todo complexo. Ele requer diferenciação e integração entre as partes, alguma divisão funcional de trabalho, bem como alguma interdependência funcional de forma que a mudança em um componente redundará em mudanças em outros. Portanto, necessita-se de uma pluralidade de espaços com diferentes padrões de ações que podem contribuir para a formação das capacidades deliberativas em diferentes graus. Publicidade, reciprocidade, inclusividade e controle são os princípios que devem balizar as trocas no interior do sistema.

O Brasil, em todos os níveis, conta com não apenas formulações de sistemas integrados de participação, mas também com amplas experiências que precisam ser consideradas, avaliadas e aperfeiçoadas que não resultem nem no assembleísmo, nem na decisão autocrática do líder. Consultas públicas, orçamento participativo, conselhos e conferências são instrumentos efetivos de governança participativa que podem dar à democracia maior sentido e objetividade real, espantando o excesso de tecnicismo e meritocracia, sem dispensar a técnica e o mérito, mobilizando as inteligências coletivas populares, em que se entende que ninguém

sabe tudo, todos sabem alguma coisa e todo o saber encontra-se na coletividade.

Propostas principais para governança, descentralização e participação

A Agenda Mínima pela Cidade que Queremos do Bem Viver, levando em conta as formulações acima para o Pacto pela Democracia, propõe, no mínimo, que, nos próximos anos, o município de São Paulo implemente as seguintes medidas:

- **Novo impulso de descentralização política e administrativa** – revisar todas as áreas com o foco do território, definindo e localizando os recursos humanos e financeiros de forma clara.
- **Recomposição material e administrativa das subprefeituras**
- **Subprefeitos escolhidos pela população** – definição de critérios para nomeação dos subprefeitos e mecanismos de consulta e participação da população.
- **Qualificação do conselho de representantes** – rever o processo eleitoral pouco representativo, as condições do seu funcionamento, definir competências reais (aprovar plano de obras regionais, consultas diretas, acompanhar processos de fiscalização etc.).
- **Constituição imediata dos governos locais e elaboração de planejamento regional**, com participação e consulta (indireta e direta) à população.
- **Dar continuidade e realizar aperfeiçoamentos nos instrumentos de consulta à população**

e participação popular, como as consultas públicas, orçamento participativo, conselhos e conferências.

- Reforçar e aperfeiçoar os mecanismos partidários e eleitorais que visam ampliar a representação nas várias instâncias de governos, ampliando a representação dos trabalhadores, mulheres, jovens, negros, indígenas, LGBTI+, imigrantes, ambientalistas, artistas, cientistas, empreendedores e outros segmentos organizados que participam democraticamente da vida ativa da cidade visando o bem comum.

Carta da Conferência São Paulo Sua

São Paulo é sua, cuide dela e a transforme

A Conferência São Paulo Sua é uma iniciativa da sociedade civil para elaborar uma agenda mínima, necessária e imprescindível, para as eleições municipais a prefeito e a vereadores de 2020. Essa será a eleição municipal mais importante desde a redemocratização.

O processo terá a participação de centenas de lideranças das organizações da sociedade e de intelectuais de todas as áreas, reunindo instituições e entidades representativas, culturais, associações de moradores, sindicatos, universidades, movimentos sociais, políticos e religiosos. O objetivo é unir todas as forças democráticas para realizar um amplo mutirão cívico nas 32 regiões e nos distritos de São Paulo, com debates que levantem problemas e apontem soluções para a cidade. Incentivar cada morador a perceber-se como cidadão, de forma plural e criativa, atraindo as mais vibrantes lideranças sociais e amplos setores da intelectualidade de São Paulo.

A partir de seis campos temáticos – política social, política urbana, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e diversidade, desenvolvimento econômico e democracia, governança e participação –, desenharemos propostas viáveis para mais de 30 áreas âncoras.

Esse esforço contará com as mídias sociais, que serão importantes instrumentos de diálogo, percepção, pesquisa e participação de milhares de pessoas para essa construção coletiva.

A partir de três prioridades iniciais – democracia, inovação e emprego –, a Conferência tem como vocação a formação de pactos para serem criados consensos na metrópole. A Conferência São Paulo Sua, lançada hoje, dia 21 de setembro, terá suas conclusões divulgadas no 2º semestre de 2020, com a aprovação da agenda mínima para a cidade. Todas e todos os candidatos a prefeito e a vereadores poderão fazer uso dela, comprometendo-se com sua implantação e superação.

Acreditamos que, ao estimular o protagonismo das cidades e o empoderamento dos cidadãos, trabalhamos para que o Bicentenário da Independência e a realização da Semana de Arte Moderna em 2022 unam o País através de uma grande onda plural das artes e das culturas, pela retomada do desenvolvimento e da soberania.

Pretendemos construir a cidade inteligente, empreendedora, socialmente mais justa, aberta para a natureza e a democracia que os paulistanos e brasileiros desejam e merecem, colocando pernas na esperança e nos sonhos.

#SPSuaDemocracia/Inovação/Emprego

São Paulo, 21 de setembro de 2019.

Esta foi a Carta lida e aprovada que lançou a Conferência São Paulo Sua em 21 de setembro de 2019 no auditório lotado do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo.

A Conferência São Paulo Sua foi organizada em 6 campos temáticos que contaram com a liderança no processo de:

Hamilton Faria - Política social

Nabil Bonduki - Política urbana

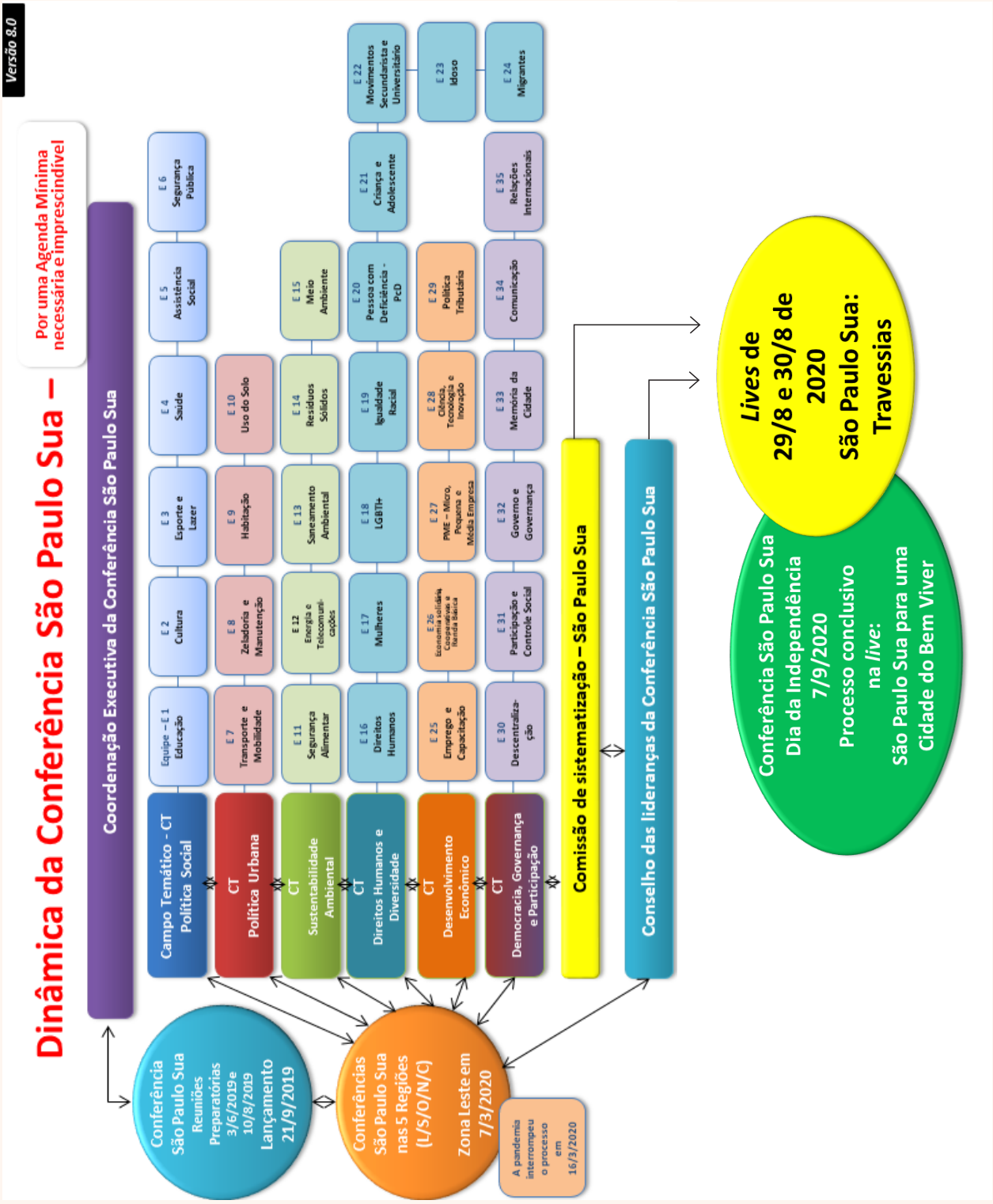
Moacir Arruda - Sustentabilidade ambiental

Cida Prado - Direitos Humanos e diversidade

Ladislau Dowbor - Desenvolvimento econômico

Vicente Trevas - Democracia, governança e participação

A coordenação da CSPSua ficou sob a responsabilidade de **Allen Habert**.



SÃO PAULO SUA PARA UMA CIDADE DO BEM VIVER
AGENDA MÍNIMA

Colaboradores

Estas mais de 200 lideranças vibrantes de várias áreas sociais e políticas participaram de forma democrática e plural, ao longo do processo, na construção da Agenda Mínima e nas três impactantes *lives* de encerramento, ocorridas em setembro de 2020.

Um trabalho coletivo da sociedade civil e pluripartidário, que visa a unidade e o consenso dentro da diversidade, demanda respeito pela contriabuição de cada um e pelas obras conjuntas conquistadas.

A coordenação da Conferência São Paulo Sua agradece a cada um pela sua dedicação voluntária e seu entusiasmo por uma cidade do bem viver. A batalha pela discussão, implantação e superação da Agenda Mínima, este Pacto pela Cidade, passará pelas singulares eleições de 2020 e principalmente continuará após sua realização.

Com certeza poderá haver colegas que contribuíram para este documento e, por falha nossa, não estão citadas. Vamos corrigindo.

Abdulbaset Jarour
Adriana Ferreira
Adriana Toledo de Nanã
Adriano Diogo
Alan Bueno
Alberto Carlos Almeida
Alberto Luz
Alcides Amazonas
Alex Abiko
Alexandre Carasso
Alexandre Oliveira Santana Junior (Giga)
Alfredo Attié Junior
Alina Bernardes Habert
Allen Habert
Alohá De La Queiroz
Álvaro Azevedo
Álvaro Martins
Amaury Monteiro Jr.
Américo Cordula
Américo Sampaio
Ana Karin Andrade
Anna Maria Martins Soares
Anderson de Freitas
Anderson Pirota
Anderson Ribeiro
Anderson Santos
Andrea Matarazzo
André Luiz Dos Santos (Rapper Pirata)
André Teixeira
Angela Pappiani
Annabella Andrade
Antônio Carlos Ronca
Antônio Castelo Branco Teixeira Jr.
Antonio Donato
Antonio Funari
Antonio Gonçalves
Antonio Hernandes
Antonio Pedro de Souza (Tonhão)
Aparecida Linhares Pimenta
Aparecido Fujimoto
Baby Amorim
Carina Serra Amancio
Carla Cristiane Hallgren Silva
Carlito de Oliveira Dias
Carlos Alberto Mendes de Lima
Carlos Fernandes
Carlos Zarattini
Ceci Juruá
Célia Guerra Medina
Célio Turino
Celso Santos Carvalho
Celso Soares
Cesar Callegari
César Santos
Cid Barbosa Lima Junior
Cida Lobo
Cida Perez
Cida Prado
Clara Sette Whitaker Ferreira
Cláudia M. Afonso de Castro
Claudio Maierovitch Pessanha Henriques
Cleusa Garcia
Cristian Korny
Davi Karai Popygua
Deodoro Vaz
Diógenes Sandim
Edilson Reis
Edinho Oliveira
Edson Bueno
Eduardo Rombauer
Eduardo Suplicy
Elci Pimenta Freire
Elcio Kazuaki Niwa
Eleilson Leite
Elias Rahal

Elisabeth Grimberg
Eliseu Gabriel
Elizabeth Silva
Eloah Marcucci
Emiliano Stanislau Affonso Neto
Enio José da Silva
Erika Motta Santana
Ermínia Maricato
Ernane Silveira
Esdras Magalhães
Evaldo Shinji Kuniyoshi
Everaldo Gouveia
Fe Maidel
Federico Fornazieri
Fernando Guimarães
Fernando Mascaro
Fernando Palmezan
Felipe Barcellos
Francisco Dantas
Francisco Freitas
Francisco Sales
Francisco Whitaker
Gilberto Natalini
Gilda Almeida de Souza
Guilherme Boulos
Hamilton Faria
Helvio Nicolau Moisés
Igor Pantoja
Ivan Carlos Maglio
Iya Adriana de Nanã
Jean Katumba
João Paulo de Caria
Joaquim Bastos
Jorge Abraão
Jorge da Cunha Lima
Jorge Tateishi
José André de Araújo
José Geraldo Araujo
José Igor Costa dos Santos
José Luiz Penna
José Manoel Ferreira Gonçalves
José Roberto Aguilar
José Ruben de Alcântara Bonfim
Juliana Cardoso
Jucelino Gadelha
Katia Boulos
Ladislau Dowbor
Lara Fernanda Modolo Ducci
Laura Oliveira
Laurindo Leal Filho (Lalo)
Leandro Ferreira
Leci Brandão
Leonel Maia
Lídia Corrêa
Lídia Tobias da Silveira
Lilian Amaral
Lindolfo Santos
Lucas Piaia Petrolina
Lucca Gidra
Lucila Tragtenberg
Lúcio Maluf
Luiz Antônio Medeiros
Luiz Barreto
Luiz Claudio Marcolino
Luiz Gonzaga Belluzzo
Luiz Kolle
Luiz Roberto de Oliveira
Luna Zarattini Brandão
Marcelo Arno Nerling
Márcio França
Marco Antonio Di Preto
Marcos da Costa
Marcos Smetana Lopes
Maria Alice Santos Bueno
Maria Amélia Gomes Cardoso
Maria Aparecida
Pinto (Cidinha Raiz)
Maria Maeno
Maria Rosa Abreu
Mariluce Moura
Marina Sales Lemos de Barros
Marta Rezende
Maurício Rezende Habert
Moacir Bueno Arruda
Mohamad Shakeel
Murilo Muraah
Murilo Pinheiro
Nabil Bonduki
Nádia Campeão
Natália Tanese Miranda
Nelson Marconi
Nestor Tubinambá
Newton Massafumi Yamato
Nivaldo Santana
Orlando Silva
Oswaldo Sanchez Junior
Paulo Cannabrava Filho
Paulo Feldmann
Pedro Pontual
Rafael Calabria
Rai Monteiro
Régis Gabriel
Renata Benini
Ricardo Menezes
Rogério dos Anjos
Romildo Campello
Ronildo Rangel
Ros Mari Zenha
Rosalina Gomes
Rosana de Lucena
Rosmary Corrêa
Rubens Lazarini (Cachoeira)
Rui Falcão
Sandra Dias Mastrogiacomo
Sérgio Gomes
Sérgio Miletto
Sérgio Storch
Silas Lauriano Neto
Silvana Drago
Silvia Bastos
Simão Pedro
Sinoel Batista
Sonia Regina Batista
Sueli Lisboa Homem
Suely Lima
Tamara Ilinsky Crantschaninov
Thomas Rose
Ubiratan de Paula Santos
Vahan Agopyan
Valdina Silva (Diva)
Valéria Sanchez Silva
Valéria Silvestre
Valmir de Souza
Vera Lúcia Rodrigues
Vicente Trevas
Vitor Goulart Nery
Vitória Pereira
Volmer Silva do Rêgo
Wander Geraldo Silva
Zélia Izabel Matias Gouveia

Principais eventos presenciais e *online* realizados pela Conferência São Paulo Sua (CSPSua)*

Nome do evento	Data
1ª. Reunião Preparatória	3/ 6/2019
2ª. Reunião Preparatória	10/8/2019
Lançamento da Conferência São Paulo Sua	21/9/2019
Seminário Democracia, governança e participação na Cidade de São Paulo	4/11/2019
Seminário Política Urbana	18/11/2019
Seminário Direitos Humanos e Diversidade	27/11/2019
Seminário Sustentabilidade Ambiental	29/11/2019
Seminário São Paulo do Bem Viver	13/12/2019
São Paulo: presente e futuro - plenária de diálogo e debate da CSPSua com 7 partidos políticos	14/12/2019
Seminário Desenvolvimento Econômico de São Paulo	15/1/2020
Plenária da Jornada de Cultura em comemoração aos 466 anos da cidade de São Paulo	20/1/2020
Plenária da CSPSua na Zona Leste da cidade (Itaquera)	7/3/2020
Live (durante a pandemia) – São Paulo Sua: Travessias 1	29/8/2020
Live (durante a pandemia) – São Paulo Sua: Travessias 2	30/8/2020
Conclusão dos debates da Conferência no Dia da Independência com a *live* (durante a pandemia): São Paulo Sua para uma cidade do bem viver	7/9/2020

*** Além desses eventos, em 2019 e 2020, antes e durante a pandemia, foram realizadas dezenas de reuniões de organização, dos campos temáticos e das equipes de trabalho por áreas.**

Conferência São Paulo Sua (CSPSua) na Internet

Nome	Vídeo disponível
Reuniões preparatórias	https://youtu.be/WnaaPDXC3YE https://youtu.be/5CPNOI5QIkQ
Lançamento da Conferência São Paulo Sua	https://www.youtube.com/watch?v=y28CVA7smtA
São Paulo: presente e futuro - diálogo e debate da CSPSua com 7 partidos políticos	https://www.youtube.com/watch?v=E2Us6Is1T7M&t=12s
Seminários temáticos:	
Jornada da Cultura (nos 466 anos de São Paulo)	https://www.youtube.com/watch?v=N01Hre-2mjE
Desenvolvimento Econômico de São Paulo	https://www.youtube.com/watch?v=hZQr9O1AUUc
Direitos Humanos e Diversidade	https://www.youtube.com/watch?v=P2hdCA7ux0g&t=2s
São Paulo do Bem Viver	https://www.youtube.com/watch?v=qWpZrd73Da0
Sustentabilidade Ambiental	https://www.youtube.com/watch?v=e1uQQgHOhmY
Eventos públicos na Internet durante a pandemia:	
São Paulo Sua: Travessias 1	https://youtu.be/GHynHPNZdHs
São Paulo Sua: Travessias 2	https://youtu.be/RBeSOTbpo6c
SPSua para uma Cidade do Bem Viver	https://www.youtube.com/watch?v=3B1BNrGfclk&t=8s
Outros destaques:	
Vinheta dos eventos da Conferência SPSua (Marina Barros/ Giga) musicada com o Rap SPSua (Rapper Pirata)	https://www.youtube.com/watch?v=laWEZ2ihjJw&feature=youtu.be
Execução da pintura do painel "Onda da empatia" (4,20 x 2m), elaborado para a CSPSua por José Roberto Aguilar	https://www.youtube.com/watch?v=x5mlFz5i4NU&feature=youtu.be
São Paulo é sua. Sua de quem, cara pálida? Depoimento para a CSPSua de Rubens Lazarini (Cachoeira)	https://www.youtube.com/watch?v=TfyBy5zcVSw&feature=youtu.be
Síntese do Pacto pela Cidade, da agenda mínima - pronunciamento de Allen Habert na abertura do evento São Paulo: presente e futuro.	https://www.youtube.com/watch?v=I7lnof6oY_M&feature=youtu.be
Câmara Municipal de São Paulo recepciona evento da CSPSua	https://www.youtube.com/watch?v=VLzpc-92Kwk&feature=youtu.be
CSPSua na Diálogos do Sul - Já escolheu seu candidato? Paulo Cannabrava dialogando com Allen Habert	https://www.youtube.com/watch?v=fUgrkKOBOC8&feature=youtu.be
CSPSua na Academia Paulista de Direito - com Alfredo Attié Jr e Allen Habert	https://www.youtube.com/watch?v=tYVuE8ydAUc&feature=youtu.be
CSPSua no II Congresso Internacional da Academia Paulista de Direito – "Cidades: uma agenda mínima e imprescindível"- Alfredo Attié Jr e Allen Habert	https://youtu.be/8A7f3IrjYuM

Conferência São Paulo Sua (CSPSua) na Internet

Depoimentos de lideranças no lançamento da CSPSua:	
Alan Bueno	https://www.youtube.com/watch?v=cgjTj4b9cwg
Allen Habert	https://www.youtube.com/watch?v=FrmX4CjOPKg
Alohá De La Queiroz	https://www.youtube.com/watch?v=SAtPcwj60VE
Álvaro Martins	https://www.youtube.com/watch?v=H22y477y8fQ
Américo Córdula	https://www.youtube.com/watch?v=a-mqdSIfhuI
Ana Beatriz Haiz	https://www.youtube.com/watch?v=oh4DoRxy_MI
Anderson de Freitas	https://youtu.be/Y206xQH-7qQ
Anderson Pirota	https://www.youtube.com/watch?v=xrDCK9R8v-c
André Teixeira	https://www.youtube.com/watch?v=1cOsdN-1x4c
Annabella Andrade	https://www.youtube.com/watch?v=i61ZfyCyGVc
Antonio Almeida	https://www.youtube.com/watch?v=uiufENrPQjU
Antonio Donato	https://www.youtube.com/watch?v=5uJu4LAQr4U
Antonio Eugenio	https://www.youtube.com/watch?v=skw8KVdL5pA
Antonio Funari Filho	https://www.youtube.com/watch?v=2NYBAgMQfXs
Antonio Pedro Souza (Tonhão)	https://www.youtube.com/watch?v=3Z1DB1jUwh4&t=2s
Carlito de Oliveira Dias	https://www.youtube.com/watch?v=oOMsZPONfkY
Carlos Zarattini	https://www.youtube.com/watch?v=nFBSxb0mwvw
Cid Barbosa Lima Junior	https://www.youtube.com/watch?v=FoLJytI74jI
Cida Lobo	https://www.youtube.com/watch?v=CE8W5Egfpqw
Cida Prado	https://www.youtube.com/watch?v=u2mfp_gO374
Claudia Rodrigues	https://www.youtube.com/watch?v=QqdNK--UM6c
Cleusa Maria Garcia	https://www.youtube.com/watch?v=1yofnaaPtgk
Edinho Oliveira	https://www.youtube.com/watch?v=ILsuk404CI8

Conferência São Paulo Sua (CSPSua) na Internet

Eleilson Leite	https://www.youtube.com/watch?v=-3p_ofM3B0k
Elias Rahal	https://youtu.be/8fqkEqRteyI
Elizabeth Silva	https://www.youtube.com/watch?v=xgI6226Usss
Emerson Souza dos Santos	https://www.youtube.com/watch?v=Ye5Ek589zTE
Ênio José Silva	https://youtu.be/ILG8LaA4Zo0
Fernando Guimarães	https://www.youtube.com/watch?v=WiuLfNfEywY
Gilda Almeida de Souza	https://www.youtube.com/watch?v=nTCtqWEi1fg
Gonçalves	https://www.youtube.com/watch?v=B1KowsQGuJI
Grupo Carimbó Pai D'Égua	https://www.youtube.com/watch?v=Id86MwiUUKo
Hamilton Faria	https://www.youtube.com/watch?v=JCIZoqbQYAg
Helvio Nicolau Moisés	https://www.youtube.com/watch?v=xrcKL0itU2w
Inês Magalhães	https://www.youtube.com/watch?v=I80YuWSiB-w
Iyá Adriana de Nanã	https://www.youtube.com/watch?v=IRpDaBRyhiA&t=1s
João Franzin	https://www.youtube.com/watch?v=eZydGfOMGdg
Jonathan Oliveira	https://www.youtube.com/watch?v=udcyNAjs1f8
José Geraldo Araújo	https://www.youtube.com/watch?v=G_7uRD5l7tk
José Manoel Ferreira Gonçalves	https://www.youtube.com/watch?v=8PLfj9NOinM
Ladislau Dowbor	https://www.youtube.com/watch?v=jslCmN46k-Q
Lara Fernanda Modolo Ducci	https://www.youtube.com/watch?v=Jfgj4pjYMZI
Laura Oliveira	https://www.youtube.com/watch?v=g83DQ1EQK2s
Leonel Maia	https://www.youtube.com/watch?v=yG5DLI2alKU
Lídia Corrêa	https://www.youtube.com/watch?v=NZU8Sey0kkA
Lucca Gidra	https://www.youtube.com/watch?v=75DzYhV744M
Lúcio Ricardo Azer Maluf	https://www.youtube.com/watch?v=jx85GwscOEE
Luiz Barreto	https://youtu.be/8I1kw9aOR0A

Conferência São Paulo Sua (CSPSua) na Internet

Luiz Claudio Marcolino	https://youtu.be/rWf3UDOPuts
Marcos Machado (Marcão)	https://www.youtube.com/watch?v=lkTa1B3jP-Q&t=1s
Maria Alice Bueno	https://www.youtube.com/watch?v=MoYBbp6MNjw
Maria Amélia Gomes Cardoso	https://www.youtube.com/watch?v=kyuzfKZrF9k
Marina Sales Lemos de Barros	https://youtu.be/-UAY3zeBmZc
Murilo Muraah	https://www.youtube.com/watch?v=0KzaTWgTJA4
Nabil Bonduki	https://www.youtube.com/watch?v=l9dNorZUYZI
Nelson Marconi	https://www.youtube.com/watch?v=TuJvNKIban4
Nice Couto	https://www.youtube.com/watch?v=Qd8ez8iGK5Q
Paulo Feldmann	https://www.youtube.com/watch?v=ovXMQttlM64
Penéloti Mendes	https://www.youtube.com/watch?v=ey0iJq-baH4
Rosana de Lucena	https://www.youtube.com/watch?v=d30XirNaJcY
Silas Lauriano Neto	https://www.youtube.com/watch?v=zSxmrG2wAZs
Simão Pedro	https://www.youtube.com/watch?v=LZOCHLCjUrg
Sonia Regina Batista	https://www.youtube.com/watch?v=2S8Pu8K9UHo
Suely Lima	https://www.youtube.com/watch?v=JAyTn0QPqOA
Susi Cleide Cardoso	https://www.youtube.com/watch?v=erplqm0IKN0
Valdina Silva (Diva)	https://www.youtube.com/watch?v=AbB0dYDEt8A
Vicente Trevas	https://www.youtube.com/watch?v=2ORZxQ6Fru4
Vitória Pereira	https://youtu.be/HqFAx45SJuc
Volmer Silva do Rêgo	https://www.youtube.com/watch?v=LeDXnYgq4Q4
Yôkana Gavião	https://www.youtube.com/watch?v=PXzYU943DlA

Depoimentos destacados de 7 minutos cada de lideranças na *live* realizada durante a pandemia – Travessias 1 – Bem Viver, Educação, Saúde, Cultura, Urbanismo, Sustentabilidade Ambiental	
Carlos Alberto Mendes de Lima	https://youtu.be/Y45CsEFmOak
César Santos	https://youtu.be/feuEM5b9REw
Ermínia Maricato	https://youtu.be/mO7HThim4Kk
Fernando Guimarães	https://youtu.be/uD4Z5Q5AlS0
Hamilton Faria	https://youtu.be/NH34pO8CswE
Helvio Nicolau Moises	https://youtu.be/mFmvg2S-9Lg
Igor Pantoja	https://youtu.be/IcVyGU8jUIg
José Manoel Ferreira Gonçalves	https://youtu.be/F1o5zqL5Kfg
Moacir Bueno Arruda	https://youtu.be/-H2bp02xipo
Nabil Bonduki	https://youtu.be/Yj5lkSvPC74
Simão Pedro	https://youtu.be/VOerH0XfId4
Ubiratan de Paula Santos	https://youtu.be/6CEEWhbobyY

Depoimentos destacados de 7 minutos cada de lideranças na *live* realizada durante a pandemia – Travessias 2 – Direitos Humanos, Diversidade, Economia Local, Democracia, Governança, Participação	
Abdulbaset Jarour	https://youtu.be/tWQy2qML-O0
Alberto Carlos Almeida	https://youtu.be/Qj7Qmt8aIns
Alfredo Attié Júnior	https://youtu.be/mAcJDiTDkLU
Célio Turino	https://youtu.be/GnfgEzZYQKo
Cida Prado	https://youtu.be/sJq3XdoppTE
Ladislaw Dowbor	https://youtu.be/6mDdNgkdYGQ
Luiz Cláudio Marcolino	https://youtu.be/9y0h24T2h_M
Nádia Campeão	https://youtu.be/MchYV15PQ8U
Paulo Feldmann	https://youtu.be/H4LrE8ID9yk
Sérgio Storch	https://youtu.be/drYJwL-PIYc
Valéria Silvestre	https://youtu.be/0xZVsJie7s4
Vicente Trevas	https://youtu.be/2kZisvG9Z0E

Depoimentos destacados de 1 minuto cada de lideranças na *live* realizada durante a pandemia – SPSua para uma Cidade do Bem Viver

Adriana De Nanã	https://youtu.be/cG2x3CJaU0o
Adriano Diogo	https://youtu.be/kmG-DMhJoIM
Alan Bueno	https://youtu.be/vkS-Q_fLsPY
Américo Córdula	https://youtu.be/nE7086Q6xeM
Antônio Donato	https://youtu.be/fkxOrdG5zCo
Antônio Funari	https://youtu.be/4rZcTC3c4QU
Antônio Gonçalves	https://youtu.be/swZuoAam32c
Antônio Pedro de Souza (Tonhão)	https://youtu.be/B5d5cnXJ-vM
Carlos Zarattini	https://youtu.be/jiYXNCmrmY8
Ceci Juruá	https://youtu.be/CyEuTuAwM-Y
Célia Guerra Medina	https://youtu.be/ukxbHE1N0es
Celso Carvalho	https://youtu.be/i8rbtxD5joQ
Cesar Callegari	https://youtu.be/4vTXIO0j_zA
Cid Barbosa Lima Junior	https://youtu.be/idK2lR0gtwU
Cida Perez	https://youtu.be/iLqjIYXCGoY
Cidinha Raiz	https://youtu.be/zNBkGmuhnAc
Cláudia M. Afonso de Castro	https://youtu.be/IhZGuc97QsA
Davi Karai Popygua	https://youtu.be/QPjfpsBEWWE
Edilson Reis	https://youtu.be/dkggNYnACXg
Eduardo Suplicy	https://youtu.be/ZNHR-gGXzrs
Eleilson Leite	https://youtu.be/G0RyVvHrhTI
Elisabeth Grimberg	https://youtu.be/uBsWbJliyd8
Eliseu Gabriel	https://youtu.be/nMuD2B9wolg
Emiliano Stanislau Affonso Neto	https://youtu.be/FXY9LxxkIWs
Ênio José Silva	https://youtu.be/332MgPmNx50
Ernane Silveira Rosas	https://youtu.be/rgbt3o55jZQ

Depoimentos destacados de 1 minuto cada de lideranças na *live* realizada durante a pandemia – SPSua para uma Cidade do Bem Viver

Esdras Magalhães	https://youtu.be/d0oDHLHUs94
Evaldo Shinji Kuniyoshi	https://youtu.be/nY2j6mG4Wic
Fe Maidel	https://youtu.be/70T-TDRluzE
Federico Fornazieri	https://youtu.be/nEHauzb2YI0
Fernando Palmezan	https://youtu.be/8t9g1D31LiQ
Francisco Freitas	https://youtu.be/dfvy52wMe1E
Ivan Carlos Maglio	https://youtu.be/DKO9W6tXzj0
Jean Katumba	https://youtu.be/Kq-ir80Tqbo
Jorge Abraão	https://youtu.be/_GzFZC9zAJk
José Ruben de Alcântara Bonfim	https://youtu.be/Gns9GgTPklE
Kátia Boulos	https://youtu.be/0KHbC7-YK1A
Laurindo Leal Filho (Lalo)	https://youtu.be/_yBY_2iEvyw
Leci Brandão	https://youtu.be/MhkQszct8LE
Lídia Corrêa	https://youtu.be/ilKTUqzPEfw
Lúcio Maluf	https://youtu.be/7rbEsGAYc2U
Luiz Gonzaga Belluzzo	https://youtu.be/DBNpaA6oXdQ
Luna Zarattini Brandão	https://youtu.be/bvNxetvBEW8
Marco Dipreto	https://youtu.be/AG_jlQnjll4
Marcos Smetana Lopes	https://youtu.be/FCBvU0G3-ns
Maria Alice Santos Bueno	https://youtu.be/T3rkjpuHyd0
Maria Maeno	https://youtu.be/kNiYXtkF3iQ
Maria Rosa Abreu	https://youtu.be/R7P9KRguYhM
Mariluce Moura	https://youtu.be/Tle9HBtiSxc
Marina Sales Lemos de Barros	https://youtu.be/hx5oPFXDDmM
Murilo Muraah	https://youtu.be/FOrLxQa8AVM
Nelson Marconi	https://youtu.be/IBarpOwldaY

Depoimentos destacados de 1 minuto cada de lideranças na *live* realizada durante a pandemia – SPSua para uma Cidade do Bem Viver

Newton Massafumi Yamato	https://youtu.be/gOkM8H-iltU
Nivaldo Santana	https://youtu.be/W_SeYoSo_Cc
Paulo Cannabrava Filho	https://youtu.be/NJGEcmO4Bzo
Rafael Calábria	https://youtu.be/2LvpzWY3Yt4
Rapper Pirata	https://youtu.be/nPX0EGDJQm0
Rogério dos Anjos	https://youtu.be/MbVLBS0huFQ
Rubens Lazarini (Cachoeira)	https://youtu.be/TfyBy5zcVSw
Sérgio Miletto	https://youtu.be/BkzRU1LS1ig
Sílvia Bastos	https://youtu.be/MjPlQQG_eRU
Vahan Agopyan	https://youtu.be/d9-kLExc_i4
Valdina Silva (Diva)	https://youtu.be/Rfz8apeD_Hw
Valéria Sanchez Silva	https://youtu.be/6R_YLWS_TsQ
Volmer Silva do Rêgo	https://youtu.be/ZnNIFFg_1bo
Wander Silva	https://youtu.be/S2ZFopnlgUU

Últimas *lives* antes das eleições de 2020

São Paulo Sua para uma cidade do bem viver

A opinião dos candidatos a prefeito de São Paulo e a Agenda Mínima

Facebook: https://fb.watch/1Y4-Qra9ww/ **YouTube:** https://youtu.be/oxC0LOGTbGU

A opinião dos candidatos a vice-prefeito de São Paulo e a Agenda Mínima

Facebook: https://fb.watch/1Y53AZ6Lfg/ **YouTube:** https://youtu.be/xoMk-XM0NC4

São Paulo Sua e o 2º turno

Análise dos programas dos candidatos e a Agenda Mínima pela São Paulo Sua

Facebook: https://fb.watch/1_wIP5E7GE/ **YouTube:** https://youtu.be/ap4cWhhLGPk

Infográfico sobre a desigualdade social e territorial em São Paulo

Este infográfico é uma contribuição original e muito significativa da Conferência São Paulo Sua para que todas e todos possam ter acesso rápido, em quaisquer dos 96 distritos da cidade, aos indicadores de dezenas de áreas de interesse. Informação é o primeiro nível para se criar uma consciência crítica rumo a uma política pública.

Exemplo: número total de domicílios em favelas em todos os distritos.

Clicar neste *link* **https://bit.ly/3nFR9Up** e selecionar a variável a pesquisar desejada. De número de árvores, acidentes, empregos, pontos de cultura até óbitos por diversas causas.

Com o intuito de aumentar o alcance e acessibilidade dessa informação, apresenta-se um início do projeto de elaboração de um grande banco de dados regionalizado da cidade de São Paulo, divulgado digitalmente na forma de infográficos interativos.

A base já contempla todos os dados abertos reunidos em forma de planilhas pelo Instituto Rede Social brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. São dados oriundos das diversas secretárias municipais de São Paulo, assim como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outros órgãos públicos.

Em seu estado atual, os infográficos elaborados apresentam variáveis e indicadores de diversos anos e para diversas temáticas urbanas, sempre disponibilizados em suas aberturas locais (distritos, subprefeituras ou regiões), fornecendo já um preciso raio-X das desigualdades territoriais da cidade.

Rap SPSua

Sua sua sua sua sua
Ela é sua
SP é sua
Sua sua
Uma cidade de São Paulo real
Uma cidade de São Paulo harmônica
Uma cidade de São Paulo onde se dança e canta
Uma cidade sua
Sua
Oh
Uma nova cidade de São Paulo
Onde o povo sente a justiça social nas ruas
Empresa construa inovações
Onde o lucro tem o limite
Não causando na natureza agressões
A renda seja distribuída para a cultura, trabalho, educação
As ruas tenha crianças pulando amarelinha
E não no farol estendendo a mão
Haja emprego nessa quarta revolução industrial
Seja extinto o racismo, homofobia e machismo
Ideias que fazem da vida do outro em São Paulo algo fatal
Vivemos indignados vendo o povo dormindo nas calçadas
A política real seja a que busca equidade e justiça social
Suas
Sua sua sua sua
A democracia é minha
É dela, é dele, é de todos

É suas
Sua sua sua
Uma cidade de São Paulo real
Uma cidade de São Paulo harmônica
Uma cidade de São Paulo onde se pode cantar, dançar
Seja uma cidade sua
Uma cidade com democracia
A democracia é sua
Poder ao povo
assim a democracia
de São Paulo é sua
Sua sua sua
Sua sua
Sua sua sua sua
Ela é sua
SP é sua
Sua sua
Uma cidade de São Paulo real
Uma cidade de São Paulo harmônica
Uma cidade de São Paulo onde se dança e canta
Uma cidade sua
Sua
Oh
Uma nova cidade de São Paulo
Onde o povo sente a justiça social nas ruas
Empresa construa inovações
Onde o lucro tem o limite
Não causando na natureza agressões
A renda seja distribuída para a cultura, trabalho e educação

Rapper Pirata – Para a CSPSua

São Paulo é sua.
Sua de quem, cara pálida?

De quem vem da quebrada, é sua no buzão lotado ou do bacana que vai dos Jardins no carro blindado? Uma cidade para chamar de nossa tem que abominar o “deus” lucro, praticar inclusão, acesso, oportunidade, mais Estado, afeto, cuidado. Garantir renda, trabalho, estudo, morada. Cultura, fio condutor para tocar as mentes e os corações. Expressão, criatividade, participação. Ação coletiva TRANSFORMADORA. No centro, o ser humano, a natureza, o planeta. Cadê as árvores para, em sua sombra, mandar um verso, uma cena, uma rima, dar o beijo consentido sem o risco de, com um tiro, ser abatido? Arte e cultura pela vida, foco nas quebradas, povo guerreiro se apropriando do que construiu. Bora inverter a trágica lógica do capital. SPSua. SPNossa. *Nóis na fita!*

Rubens Lazarini (Cachoeira) – Depoimento para a CSPSua

Agradecimento ao Grupo Carimbó Pai D'Égua pelo espetáculo especial que recepcionou a todos os participantes no lançamento da Conferência São Paulo Sua em 21 de setembro de 2019.

Desenhos feitos ao vivo no dia do lançamento da Conferência São Paulo Sua em 21 de setembro de 2019 pelo grupo Urban Sketchers. Regina Corrido e James McCormack fizeram gentilmente estes desenhos da plenária.

O planejador

Vou fazer um plano
Que devolva aos homens
O sentido do humano

Hamilton Faria - Haikuazes

CONFERÊNCIA SÃO PAULO SUA

www.saopaulosua.org.br /SAOPAULOSUAconf /sp_sua contato@saopaulosua.org.br